



Carta Educativa

Município de Castanheira de Pera



2007 | Junho

Câmara Municipal de
Castanheira de Pera

Ficha Técnica

Título	Carta Educativa do Município de Castanheira de Pera
Elaboração	Câmara Municipal de Castanheira de Pera Geo Zona, Lda.

Castanheira de Pera, Junho de 2007

Índice Geral

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES – A CARTA EDUCATIVA	4
1.2 A POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL	5
1.3 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	8
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA	15
2.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO MUNICÍPIO	15
2.2 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA	17
2.2.1. Análise Demográfica	17
2.2.1.1. Freguesias do Município	23
2.2.2. Actividades Económicas do Município	25
2.2.2.1 Caracterização da População Desempregada no Município	27
2.2.3. Rede Viária e Acessibilidades	29
3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	33
3.1 ENQUADRAMENTO GERAL DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO	33
3.1.1 Abandono e Sucesso Escolar	34
3.1.2 Análise de Fluxos de alunos	34
3.2 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	36
3.3 PROCURA DE EDUCAÇÃO E DE ENSINO	38
3.3.1 Evolução do Número de Alunos no Concelho	38
3.3.2 Educação Pré-escolar	39
3.3.3 Ensino Básico	41
3.3.3.1 Primeiro Ciclo do Ensino Básico	42
3.3.3.2 Segundo e Terceiro Ciclo	43
3.3.4 Ensino Secundário	44
3.3.4.1 População Escolar do Ensino Profissional	46
3.3.5 Alunos com Educação Especial	46
3.3.6 Ensino Recorrente	48
3.4 OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO	49
3.4.1 Docentes (rede pública)	49
3.4.2 Pessoal não docente (rede pública)	50
3.4.3 Estabelecimentos de ensino existentes	50
3.4.3.1 Educação Pré-escolar	51
3.4.3.2 Ensino Básico	53
3.4.4 Ensino Profissional	56
3.4.5 Ensino Tecnológico	57
3.5 REGIME DE FUNCIONAMENTO	58
3.6 EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLA	58
3.7 ASSOCIAÇÃO DE PAIS	61

3.8 ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR	61
3.9 SEGURANÇA	63
3.10 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	63
3.11 TRANSPORTES ESCOLARES	64
4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	71
4.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	71
4.2 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	71
4.3 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO	72
4.4 ENSINO SECUNDÁRIO	72
4.5 ENSINO ESPECIAL	73
4.6 ENSINO RECORRENTE	73
5. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO CONCELHO EM ESTUDO	75
6. PROPOSTAS – REDE DE OFERTAS EDUCATIVAS	77
6.1. MEDIDAS DE INTERVENÇÃO	78
6.2. CRONOGRAMA E CUSTOS DAS ACÇÕES	83
7 – MONITORIZAÇÃO	85
BIBLIOGRAFIA	87
ANEXOS	89

Índice de Mapas

Mapa 1 – Enquadramento do município a nível nacional e regional	15
Mapa 2 - Freguesias do município em estudo	16
Mapa 3 População das Freguesias do Município em 2001	24
Mapa 4- Rede Viária da Região	29
Mapa 5 Rede viária do município em estudo	30
Mapa 6- Distribuição das escolas do Agrupamento	37

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Evolução da População Residente no Município de Castanheira de Pera	18
Gráfico 2 - População Residente por Grupo Etário	19
Gráfico 3- Pirâmide etária do Município de Castanheira de Pera	19
Gráfico 4 - Total de Nados Vivos Entre 1970 e 2005	20
Gráfico 5- Saldo Fisiológico no Município de Castanheira de Pera	21
Gráfico 6 - Índice de envelhecimento	22
Gráfico 7- Evolução da População nas freguesias do Município de Castanheira de Pera	23
Gráfico 8- População empregada por sector de actividade	25
Gráfico 9- Empresas do Município (grupos segundo a CAE)	27
Gráfico 10- População desempregada por sexo	27
Gráfico 11- População desempregada por faixas etárias	27
Gráfico 12- População desempregada à procura de primeiro emprego	28
Gráfico 13- População desempregada por tempo de inscrição	28
Gráfico 14- População desempregada por nível de instrução	28
Gráfico 15- População por níveis de instrução	34
Gráfico 16 - Evolução do Número de Alunos no Concelho de Castanheira de Pera	38

Índice de Quadros

Quadro 1- Área e População do Município em estudo e da região do Pinhal Interior Norte	18
Quadro 2 - Peso Relativo dos Grupos Etários no Município	20
Quadro 3 - Evolução da Taxa de Natalidade e de Mortalidade	21
Quadro 4 - Evolução da Taxa de Analfabetismo	22
Quadro 5 - Distribuição da População por Freguesia	24
Quadro 6 - Desemprego no Município de Castanheira de Pera	29

Quadro 7 - População Segundo Grupo Etário por Nível de Instrução	33
Quadro 8 - Aproveitamento Escolar	34
Quadro 9 - Proveniência dos alunos do pré-escolar e 1º CEB	35
Quadro 10 - Proveniência dos alunos do 2º CEB	35
Quadro 11 - Proveniência dos alunos do 3º CEB	35
Quadro 12 – Distâncias do Local de Residência à EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto	36
Quadro 13 - Resumo do Agrupamento de Escolas	36
Quadro 14 - Casa da Criança R. D. Leonor - Fund. B. Barreto	37
Quadro 15 – Evolução dos alunos no pré-escolar	40
Quadro 16 - Evolução do número de alunos 1º CEB	42
Quadro 17 - Evolução do número de alunos do 2º e 3º CEB	43
Quadro 18 - Alunos a Frequentar os Cursos Gerais e Tecnológicos Esc. S. Figueiró dos Vinhos	45
Quadro 19 – Oferta de Ensino Profissional nos Concelhos limítrofes	46
Quadro 20 – Alunos Abrangidos pela Educação Especial	47
Quadro 21 – Educadores/Professores – Quadros a que Pertencem	49
Quadro 22- Pessoal não docente	50
Quadro 23 - Estabelecimentos de Ensino Existentes	50
Quadro 24 - Educação Pré-Escolar no Concelho	51
Quadro 25 – Escolas do Ensino Básico do Concelho	53
Quadro 26 - Ensino Profissional: Oferta Existente	57
Quadro 27 - Ensino Tecnológico: Oferta Existente	58
Quadro 28 - Número de crianças inscritas por actividade e respectivo ano de escolaridade	59
Quadro 29 - Auxílios e Apoios – 1º CEB	62
Quadro 30 - Auxílios e Apoios – 2º e 3º CEB	62
Quadro 31 - Segurança na Escola	63
Quadro 32 - Instalações Desportivas	63
Quadro 33 - Equipamentos de Cultura e Lazer Existentes	63
Quadros 34 a 42 – Transportes escolares	64-70
Quadro 43 - Previsão do número de alunos que frequentarão os diversos ciclos de ensino nos próximos 10 anos	75
Quadro 44 - Metas a atingir	76
Quadro 45- Cronograma e custos das acções	83

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.

(Artigo 10.º do Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro).

1. INTRODUÇÃO

É hoje consensual que um dos pilares basilares que permitem cotar o nível de desenvolvimento de uma comunidade é o seu grau de educação e formação. O conceito de educação está estreitamente ligado ao de cidadania. De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) cabe às *“instituições educativas assegurar ao educando o absoluto desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão ciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos, assegurando-lhe um compensado desenvolvimento físico”*. (artigo 3º, alínea b da Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto).

O papel de educar é um processo complexo, participado e permanente, que se encontra em incessante mudança, sempre dirigido para uma meta bem definida: o desenvolvimento absoluto da pessoa e sua inserção numa sociedade cada vez mais competitiva. Como consequência desta premissa, a educação assume cada vez mais um papel de transversalidade, que vai muito além do espaço físico da escola. Pode dizer-se que uma comunidade só evoluirá se todos os elementos que a compõem possuírem as condições que lhes permitam um correcto cumprimento da sua cidadania. Mas, por outro lado, não podemos olvidar que essas mesmas condições só podem ser alcançadas se houver uma intervenção da comunidade envolvente.

Um papel de crucial importância é o desempenhado pelas autarquias. Dentro da Comunidade Educativa devem assumir o desígnio da formação, da promoção e do desenvolvimento dos habitantes do concelho. Esta nova visão implica considerar que a educação dos cidadãos deixa de ser responsabilidade exclusiva das instituições tradicionais (Estado e Escola) e da família, mas deverá ser assumida, também, pelo município e outros agentes dinamizadores da sociedade.

A promulgação do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro corresponde a mais uma etapa fundamental num longo caminho. Este Decreto-Lei pretende transferir para as autarquias competências na área da Educação. Para tal é proposto que sejam criados os Conselhos Municipais de Educação e a Carta Educativa com o objectivo de permitir a intervenção, nesta matéria, de todas as forças envolvidas na comunidade educativa local.

1.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES – A CARTA EDUCATIVA

A Carta Educativa nasce no âmbito do Decreto-Lei 7/2003, enquanto molde de descentralização do poder de deliberação no sector da educação, para as autarquias.

Uma Carta Educativa não pode ser um levantamento, mais ou menos exaustivo, da situação educativa da região a que se refere, nem muito menos se pode resumir à inventariação das infra-estruturas escolares. É, antes, um instrumento de planeamento sectorial que articula os diferentes planos de gestão e que envolve os vários níveis da administração, englobando, em si mesmo, uma dupla faceta. Uma, enquanto documento que traça uma Política Educativa a nível municipal, suportada por um projecto educativo, e a outra, enquanto constante processo dinâmico de estruturação no rumo da criação de uma identidade local. A Carta Educativa tem de ser um documento vivo, fundamental para o planeamento estratégico de cada região, alargando a visão tradicionalista de escola, tendo como finalidade melhorar o sistema educativo local.

A sua existência pressupõe a percepção de que o crescimento social de uma população só é exequível através da melhoria da educação, ensino, formação e cultura.

A Política Educativa é encarada como um processo em constante mutação, pelo que a própria Carta Educativa deve ser concebida como um documento ciclicamente alterável, permitindo que seja uma ferramenta de reflexão para a comunidade que retrata e que idealiza, permitindo que, esta última debata o seu papel em termos educativos.

Pretende-se, com este documento, atingir os objectivos descritos no artigo 11º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro:

- 1 – Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.
- 2 – Ser, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.
- 3 – Promover o desenvolvimento do processo de Agrupamento de Escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

- 4 – Incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo.
- 5 – Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Deste modo, a Carta Educativa deverá aliar condições que possibilitem definir uma Política Educativa para o Concelho de Castanheira de Pera, bem como monitorizar a observância de algumas das competências, integrando paulatinamente as demais carências municipais ao nível da educação, concorrendo assim para um reordenamento da Rede Educativa, que se disponha a melhorar a qualidade das infra-estruturas e os serviços desta área.

Nos últimos tempos tem-se assistido a uma transferência de competências da área educativa para as autarquias. A elaboração da Carta Educativa e a criação dos Conselhos Municipais de Educação são duas dessas competências dos Órgãos Municipais, regulamentadas no Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro. Para além destas competências, as autarquias têm, igualmente, um papel relevante nos transportes escolares, na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e básica (1.º ciclo), bem como no envolvimento e no auxílio a actividades culturais e recreativas complementares e extra-escolares.

Estruturalmente, o documento que agora se apresenta, contempla uma primeira parte na qual se pretende dar uma visão global do concelho do ponto de vista geográfico, demográfico e sócio-económico. Em seguida, é feito o balanço da situação educativa no concelho tendo em atenção a frequência dos diferentes níveis de ensino e a oferta educativa e formativa.

Desenhado o quadro existente e efectuado o diagnóstico da situação, serão propostas algumas acções tendentes a melhorar a situação e apresentada uma metodologia de monitorização e de avaliação das acções a implementar.

1.2 A POLÍTICA EDUCATIVA MUNICIPAL

Como instrumento de trabalho, a Carta Educativa oferece uma concepção dinâmica de planeamento através de uma prática sistemática e continuada de análise e de intervenção na realidade escolar, constituindo um utensílio capital para execução de uma política educativa congruente e válida.

A Carta Educativa, enquanto documento estratégico, deve espelhar o conjunto de princípios e orientações fundamentados pela política municipal de educação que, no sector do ordenamento da rede educativa, consiste em acautelar o carácter operante dos espaços educativos, assim como uma estruturação e gestão eficazes dos estabelecimentos de ensino, de forma a dar resposta às necessidades actuais e previsíveis.

Indissociável dos outros instrumentos de planeamento, a Carta Educativa deve ser

contextualizada neles. “O ordenamento do território rege-se por um sistema de gestão territorial consagrado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e veio regulamentar a lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo” (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto). Em concordância com esse regime jurídico, o Sistema de Gestão Territorial organiza-se, num quadro de interacção coordenada, em três âmbitos: nacional, regional e municipal. O âmbito municipal é concretizado através dos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), que compreendem os Planos Directores Municipais (PDM), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP).

A Lei nº 159/99 de 14 de Setembro no nº 2 do seu artigo 19º transfere do Poder Central para as Câmaras Municipais o encargo pela elaboração da Carta Escolar, documento pouco abrangente e que se entendia como pouco mais do que um simples levantamento do edificado escolar ao nível municipal. Esta visão é alterada pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, para Carta Educativa, mas mais do que isto, constitui-a como um documento de planeamento, integradora e complementar ao PDM.

Assim sendo, este documento deverá ser um aparelho primordial de planeamento que possibilita aos responsáveis desenvolver uma actuação estratégica no sentido de:

- “Orientar a expansão do sistema educativo num determinado território em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respectiva expansão;
- Definir prioridades;
- Optimizar a utilização dos recursos consagrados à educação;
- Evitar rupturas e desadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico” (Martins, 2000:9).

O Conselho Municipal de Educação (CME) de Castanheira de Pera foi criado em 17 de Setembro de 2002 para, no que respeita ao ensino não superior, possibilitar a permuta de competências da administração central para a autarquia. Entre outras, essa transferência diz respeito à elaboração da Carta Educativa. Tal como já foi referido, o Decreto-lei 7/2003 regulamenta ainda as competências na área da realização de investimentos por parte do município, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação Pré-escolar e do Ensino Básico.

O CME é uma instância de coordenação e consulta que tem por objectivo impulsionar, a nível municipal, o planeamento da política educativa, estruturando a intervenção dos agentes

educativos e dos parceiros sociais empenhados e fazendo propostas ajustadas ao aumento da eficiência do sistema.

Segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, no seu artigo 4º, as competências do Conselho Municipal de Educação abrangem:

- a) Coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da acção social e da formação e emprego;
- b) Acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa,
- c) Participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, previstos no Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio;
- d) Apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município;
- e) Adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere à rede de transportes escolares, aos apoios sócio-educativos, e à alimentação;
- f) Deliberar sobre medidas de desenvolvimento educativo, no âmbito do apoio a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, da organização de actividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, do desenvolvimento do desporto escolar, bem como do apoio a iniciativas relevantes de carácter cultural, artístico, desportivo, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania;
- g) Programas e acções de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;
- h) Intervenções de qualificação e de requalificação do parque escolar;

Compete-lhe, ainda, analisar o funcionamento dos estabelecimentos de educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, em particular no que respeita às características e adequação das instalações, ao desempenho do pessoal (docente e não docente) e à assiduidade e sucesso escolar das crianças e alunos, reflectindo sobre as causas das situações analisadas e propondo acções adequadas à promoção da eficiência e eficácia do sistema educativo.

1.3 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

Apresenta-se neste ponto a principal legislação de enquadramento do presente documento, quer em termos genéricos, quer em termos específicos das competências das autarquias na área educativa.

De entre toda a legislação existente, podemos destacar a seguinte:

Lei n.º 9/79 de 19 de Março de 1979 – Aprova as bases do ensino particular e cooperativo;

Decreto-lei n.º 542/79 de 31 de Dezembro de 1979 – Estabelece o estatuto dos jardins-de-infância da rede pública do Ministério da Educação;

Decreto-lei n.º 553/80 de 21 de Novembro de 1980 – Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo;

Decreto-lei n.º 299/84 de 5 de Setembro de 1984 – Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares;

Decreto-lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro de 1984 – Estabelece as normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria social escolar em diversos domínios;

Decreto-lei n.º 191/85 de 24 de Junho de 1985 – Determina que os conselhos directivos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário elaborem anualmente o plano de necessidades das obras de reparação, conservação e arranjos dos equipamentos educativos sob a sua gestão;

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro de 1986 – Lei de Bases do Sistema Educativo;

Decreto-lei n.º 108/88 de 31 de Março de 1988 – Regulamenta o ensino particular e cooperativo, integrando-o na rede escolar para efeito da ordenação desta;

Decreto-lei n.º 35/90 de 25 de Janeiro de 1990 – Estabelece o regime de gratuidade da escolaridade obrigatória;

Decreto-lei n.º 372/90 de 27 de Novembro de 1990 – Direitos e deveres inerentes à participação das associações de pais no sistema educativo;

Decreto-lei n.º 387/90 de 10 de Dezembro de 1990 – Define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino públicos.

Decreto-lei n.º 319/1991 de 23 de Agosto de 1991 – Regula a integração dos alunos com necessidades educativas especiais nos estabelecimentos públicos de ensino;

Decreto-lei n.º 301/93 de 31 de Agosto de 1993 – Regula o regime de matrícula e frequência no ensino básico obrigatório;

Decreto-lei n.º 314/97, de 15 de Janeiro – Introduz alterações e republica o Decreto-lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro;

Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro de 1997 – Lei-quadro da Educação Pré-escolar;

Despacho n.º 11/SEAE/1997 de 4 de Abril de 1997 – Lança o Programa de Preservação e Salvaguarda do Património Escolar;

Despacho Conjunto nº15/SEAF/SEEI/97 de 18 de Abril de 1997 – define as regras para a extinção dos postos do ensino básico mediatizado;

Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio – Aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada nos edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública, estabelecendo normas específicas para os estabelecimentos escolares e de formação;

Despacho Normativo nº 27/97 de 2 de Junho – pretende estimular a participação e a iniciativa das escolas nos domínios do reordenamento da rede educativa;

Decreto-lei n.º 147/97 de 11 de Junho de 1997 – Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada e define o respectivo sistema de organização e funcionamento;

Despacho Conjunto nº 105/97 de 1 de Julho – estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo com base na articulação de recursos e das actividades de apoio especializado existente nas escolas, no quadro do desenvolvimento das políticas educativas;

Despacho Conjunto nº 128/97 de 9 de Julho – determina que as escolas em articulação com o Ministério da Educação e as Autarquias assegurem, no âmbito do apoio sócio-educativo às famílias as condições para que as crianças e os jovens realizem percursos escolares bem sucedidos;

Portaria n.º 583/97 de 1 de Agosto de 1997 – Estabelece os horários dos estabelecimentos da educação pré-escolar;

Despacho n.º 5220/97 de 4 de Agosto de 1997 – Aprova as orientações curriculares para a educação pré-escolar e define os seus princípios gerais;

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 7 de Agosto de 1997 – Aprova as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 258/97 de 21 de Agosto de 1997 – Define critérios aplicáveis à caracterização das instalações e do equipamento necessário ao funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar, com vista à obtenção de níveis de qualidade adequados ao sucesso educativo e à optimização dos investimentos;

Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto de 1997 – Define requisitos pedagógicos e técnicos para a instalação e funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 291/97 de 4 de Setembro de 1997 – Estabelece as condições de acesso ao financiamento para construção de edifícios de educação pré-escolar;

Despacho Conjunto n.º 300/97 de 9 de Setembro de 1997 – Estabelece normas reguladoras das participações familiares pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimentos de educação pré-escolar;

Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro de 1997 – Introdz alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo;

Portaria n.º 1102/97 e Portaria n.º 1103/97, de 3 de Novembro – Estabelecem as condições de educação para o Ensino Especial dos alunos que frequentam associações e cooperativas de ensino especial e instituições particulares, respectivamente;

Decreto-lei n.º 314/97 de 15 de Novembro de 1997 – Introdz alterações ao Decreto-lei n.º 387/90 (e republica-o) o qual aprovou as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensinos públicos não superiores;

Decreto-lei n.º 1/98 de 2 de Janeiro de 1998 – Estatuto da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário;

Decreto-lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro de 1998 – Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais;

Decreto-lei nº 89-A/98 de 7 de Abril – cria uma linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamentos de estabelecimentos de educação pré-escolar;

Decreto-lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio de 1998 – Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos;

Decreto-lei n.º 80/99 de 16 de Março de 1999 – Alteração ao decreto-lei n.º 372/90 de 27 de Novembro de 1990 referente às Associações de pais e encarregados de educação;

Lei n.º 24/99 de 22 de Abril de 1999 – Alterações ao regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

Decreto Regulamentar n.º 10/99 de 21 de Julho de 1999 – Regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão aplicável aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, estabelecendo as competências das estruturas de orientação educativa;

Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro de 1999 – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais;

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – Estabelece o quadro de competências dos órgãos municipais e das freguesias.

Despacho n.º 15-I/SEAE/99 de 1 de Outubro de 1999 – Determina qual a nomenclatura a

utilizar na designação dos estabelecimentos de ensino a qual deverá estar de acordo com o disposto no decreto-lei n.º 314/97 de 15 de Novembro;

Portaria n.º 989/99 de 3 de Novembro de 1999 – Regulamenta os cursos de especialização tecnológica;

Decreto-lei n.º 515/99 de 24 de Novembro de 1999 – Aprova o regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação e ensino não superior;

Despacho da SEAE sobre a informação 11/05/DSQEE/00 de 9 de Março de 2000 – Aprova o Manual de Utilização e Manutenção das Escolas;

Decreto Regulamentar n.º 12/2000 de 29 de Agosto de 2000 – Fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento;

Decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001 – Aprova a reorganização do ensino básico;

Decreto-lei n.º 7/2001 de 18 de Janeiro de 2001 – Aprova a revisão curricular do ensino secundário;

Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001 de 28 de Fevereiro de 2001 – Rectifica o decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro de 2001;

Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro – Cria um Sistema Nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);

Despacho Conjunto n.º 373/2002 de 23 de Abril de 2002 – Distribuição dos alunos por escolas e agrupamentos. Período de funcionamento das escolas. Constituição de turmas;

Decreto-lei n.º 156/2002 de 20 de Junho de 2002 – Suspende a vigência do n.º 1 do artigo 20º do decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto mantendo em vigor o decreto-lei n.º 286/89 de 29 de Agosto em tudo o que diz respeito ao ensino secundário;

Despacho n.º 3/SEAE/2002 de 28 de Junho de 2002 – Define as prioridades de admissão de crianças nos jardins-de-infância da rede pública;

Decreto-lei n.º 209/2002 de 17 de Outubro de 2002 – Altera o decreto-lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro;

Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 4 de Dezembro de 2002 – Cria uma oferta de educação e formação que pretende proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, de nível de qualificação 1 e 2;

Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro de 2003 – Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa transferindo competências para as autarquias locais;

Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23 de Maio - Aprova o regulamento das condições técnicas e de segurança a observar na concepção, instalação e manutenção do material existente nas instalações desportivas de uso público, nas quais se incluem os ginnodesportivos das

escolas;

Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto de 2003 – Altera o Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro;

Declaração de Rectificação n.º 13/2003 de 11 de Outubro de 2003 – Rectifica a Lei nº 41/2003 de 22 de Agosto de 2003;

Despacho Conjunto n.º 26/2004 de 15 de Janeiro de 2004 – Determina os apoios financeiros do Estado às Autarquias para o desenvolvimento da componente de apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública, para o ano lectivo 2003/2004;

Despacho Conjunto n.º 27/2004 de 15 de Janeiro de 2004 – Determina os apoios financeiros do Estado aos estabelecimentos de educação pré-escolar das Instituições Particulares de Solidariedade Social, para o ano lectivo de 2003/2004;

Decreto-lei n.º 74/2004 de 26 de Março de 2004 – Define os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como a avaliação das aprendizagens, referentes ao nível secundário de educação;

Decreto-lei n.º 82/2004, de 14 de Abril – Altera o Decreto-Lei no 100/2003, de 23 de Maio;

Portaria n.º 550-C/2004 de 21 de Maio de 2004 – Regulamenta o Ensino Profissional;

Despacho n.º 13765/2004 de 13 de Julho, do Ministério da Educação (altera o Despacho Conjunto n.º 373/2002, de 23 de Abril) – Estabelece as normas a observar na matrícula e sua renovação, na distribuição dos alunos, no período de funcionamento dos cursos e na constituição de turmas;

Lei n.º 30/2004 de 21 de Julho – Aprova a Lei de Bases do Desporto Escolar.

Despacho nº 6649/05 de 31 de Março - fixa a equiparação das habilitações adquiridas no passado às habilitações actuais.

Despacho nº 10856/05 de 13 de Maio procede a alguns reajustamentos ao quadro regulamentar relativo aos apoios educativos.

Despacho nº 17387/05 de 12 de Agosto - estabelece regras e princípios orientadores a observar, em cada ano lectivo, na organização do horário semanal do pessoal docente em exercício de funções nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Define ainda orientações para a organização e programação das actividades educativas que proporcionem aos alunos do ensino básico o aproveitamento pleno dos tempos decorrentes de ausência imprevista do respectivo docente.

Lei nº 49/2005, de 30 de Agosto – Introdz alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo;

Despacho nº 18797/05 de 30 de Agosto - regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos, destinados aos alunos dos ensinos básico e secundário que frequentam escolas públicas e particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação;

Despacho Normativo nº 1/06 de 6 de Janeiro - prova a constituição de turmas com percursos escolares alternativos, no âmbito do ensino básico. Aprova o respectivo regulamento publicado em anexo dele fazendo parte integrante;

Decreto-lei n.º 24/2006, de 6 de Fevereiro – Introduce alterações ao Decreto-lei n.º 74/2004, de 26 de Março;

Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril – Regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos;

Despacho n.º 12591/2006, de 16 de Junho, do Ministério da Educação – Gabinete da Ministra – Aprova o programa de generalização do ensino de inglês nos 3º e 4º anos e outras actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico público.

Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais – estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias;

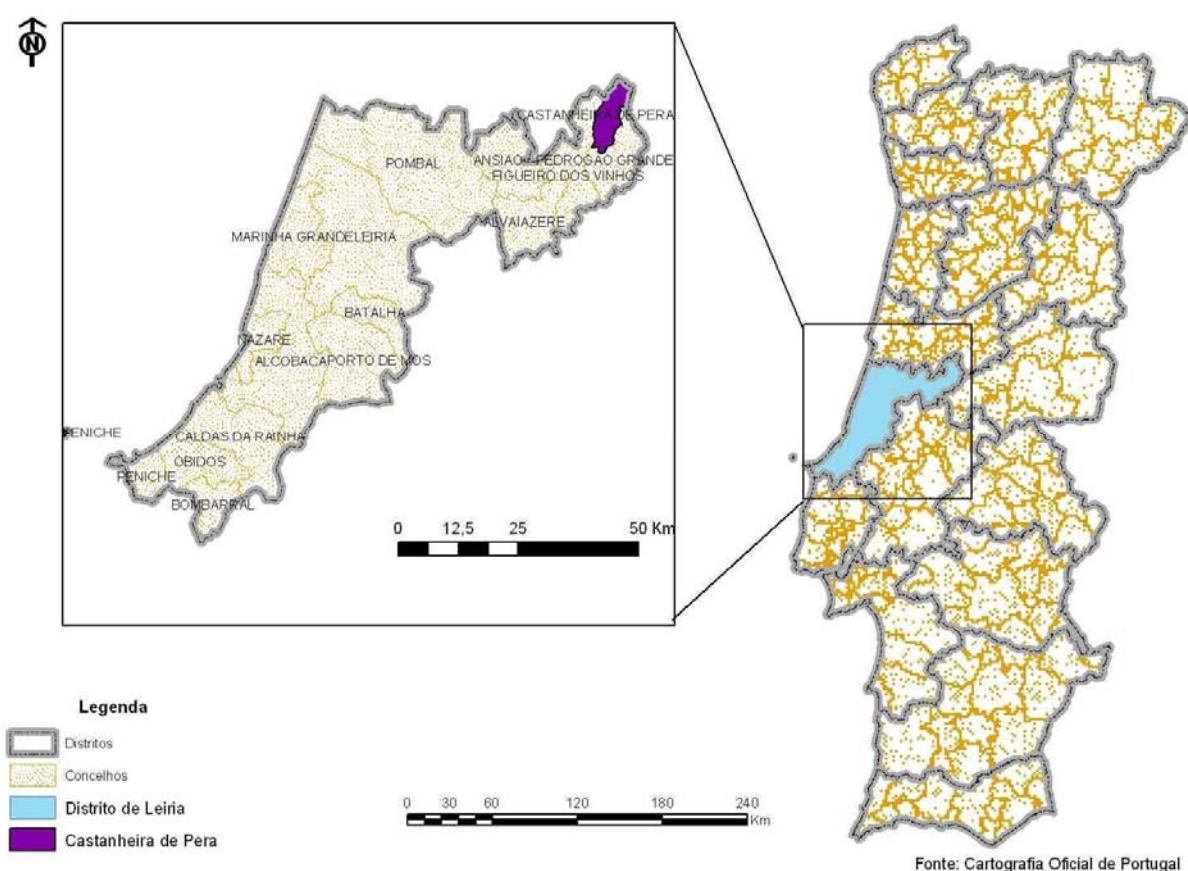
De acordo com os diplomas referidos, as principais competências dos órgãos municipais para a área educativa são, entre outras:

- Construir, apetrechar e manter os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;
- Elaborar a Carta Educativa;
- Criar os Conselhos Municipais de Educação;
- Assegurar a gestão dos transportes escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;
- Providenciar o alojamento de estudantes do ensino básico, em alternativa (ou complemento) ao transporte escolar;
- Comparticipar (no domínio da acção social escolar) os jovens que se encontram a frequentar a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico;
- Envolver-se e apoiar actividades culturais e recreativas complementares e extra-escolares, no âmbito da educação pré-escolar e básica;
- Gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA DE PERA

2.1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO MUNICÍPIO

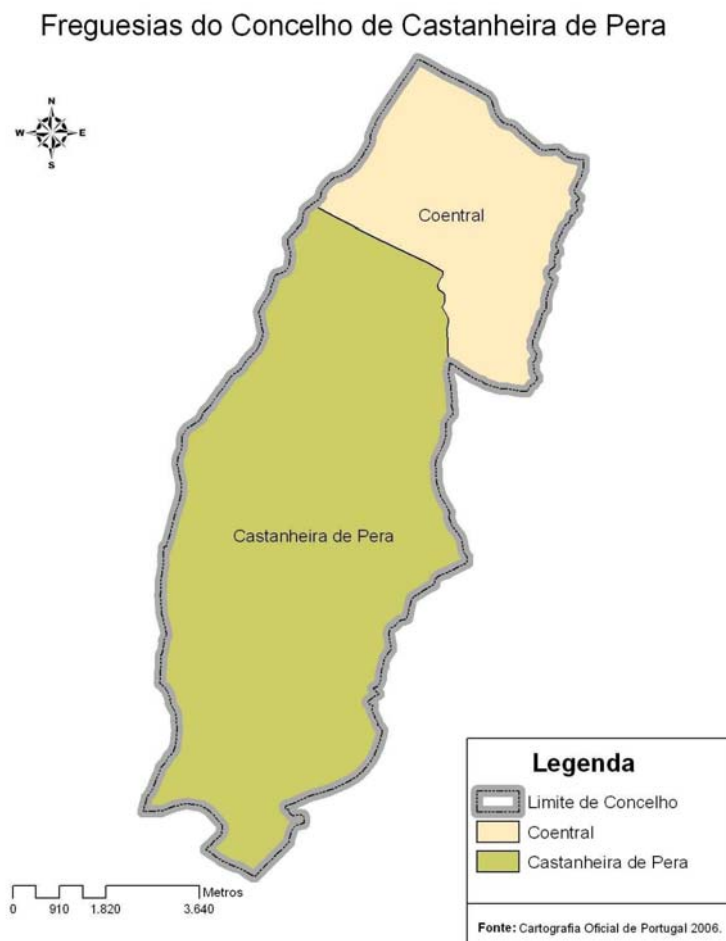
O município de Castanheira de Pera localiza-se na Região Centro do país (NUT¹ II), pertence ao distrito de Leiria e tem por limites os municípios de Lousã, Góis, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande. É parte integrante da sub-região da Zona do Pinhal, integrando a NUT III - Pinhal Interior Norte.



Mapa 1 – Enquadramento do município a nível nacional e regional

¹ As NUT (nomenclatura de Unidade Territorial Estatística) foram estabelecidas pela Eurostat, tendo em vista o desenvolvimento de um esquema único e coerente de repartição territorial para o estabelecimento de estatísticas regionais da União Europeia. A sua classificação hierárquica tem 5 níveis: três níveis regionais e dois níveis locais.

Tem uma área aproximada de 66,8 Km² e é constituído por 2 freguesias – Castanheira de Pera e Coentral (MAPA 2).



Mapa 2 - Freguesias do município em estudo

Em termos morfológicos, o Município apresenta-se como uma área montanhosa, que se estende na vertente Sul da Serra da Lousã a uma altitude média de 600 metros, e define a transição entre o litoral e o interior da Região Centro do país.

Apresentando traços essencialmente rurais, o território do município assume configurações de relevo muito acidentadas, com declives que se situam entre os 8% e mais de 16%. Os valores hipsométricos mais baixos (300 - 400 metros) situam-se a partir da localidade do Carregal Fundeiro e ao longo do leito da Ribeira de Pera. Coincidindo com a vertente sul da Serra da Lousã, é no norte do município que se localizam as maiores altitudes, superiores a 900 m. Estes factores condicionam o tipo de povoamento do Município, mais concentrado no Norte e disperso ao longo do território no Sul.

Em termos hidrográficos, a Ribeira de Pera constitui o maior e mais importante curso de água que atravessa o Município (sentido Norte - Sul) desaguardo no Rio Zêzere, constituindo o seu principal afluente.

Geologicamente, o facto de se localizar numa zona onde predominam os xistos, condiciona o grande encaixe dos cursos de água que, no entanto, diminuem expressivamente de caudal aquando de períodos longos de estiagem. Pontualmente, verificam-se, também, alguns afloramentos de granito.

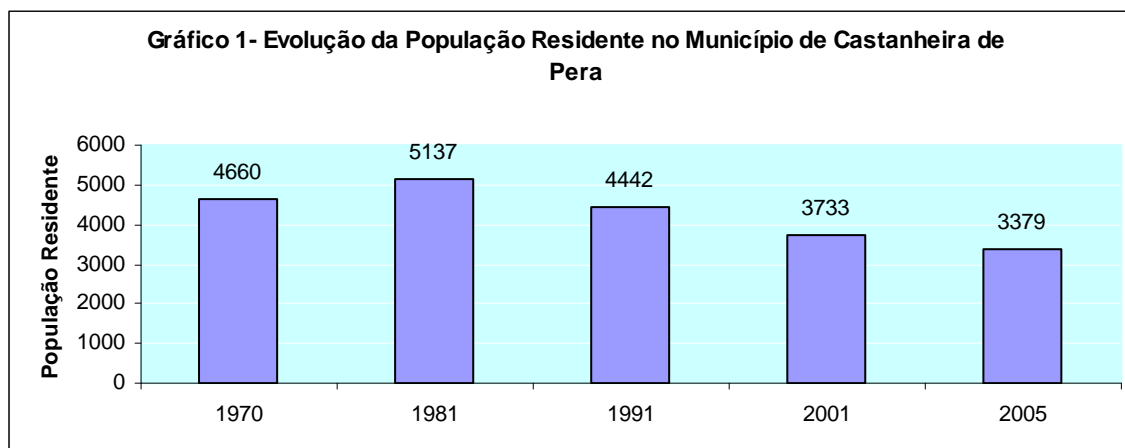
Em termos climáticos, os valores de altitude registados condicionam directamente as suas características - a área revela um clima típico de uma zona de Montanha, com temperaturas médias anuais da ordem dos 14 °C, sendo o mês mais frio Dezembro, com uma média de 7,8°C, e o mês mais quente Agosto, com 21,8°C de média. A zona é razoavelmente chuvosa, com uma precipitação anual média que se situa nos 960 mm, aproximadamente, e com um período chuvoso que se alonga de Outubro a Maio. No que diz respeito à humidade relativa, a região pode considerar-se húmida, apresentando variações médias baixas: os valores médios estão compreendidos entre um mínimo de 73 % (Agosto e Setembro) e um máximo de 87% (Dezembro). Os ventos predominantes são de Este. É ainda de mencionar que os nevoeiros na região ocorrem, em média, cerca de 22 dias anualmente, mas são singularmente espessos no fundo dos vales (SNIRH e CM Castanheira de Pera).

2.2. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

O presente sub-capítulo pretende caracterizar a estrutura sócio-económica e demográfica do município de Castanheira de Pera, por serem aspectos chave a configurar no exercício de prospectiva e evolução, vital para efeitos de ordenamento do território e programação no panorama da elaboração da Carta Educativa Municipal.

2.2.1. Análise demográfica

O município em estudo tem acompanhado a diminuição populacional das regiões interiores, verificando-se um decréscimo continuado desde a década de 80, com valores que representam uma diminuição de aproximadamente 34,2 % da população registada nos Censos de 1981 (GRÁFICO 1).



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

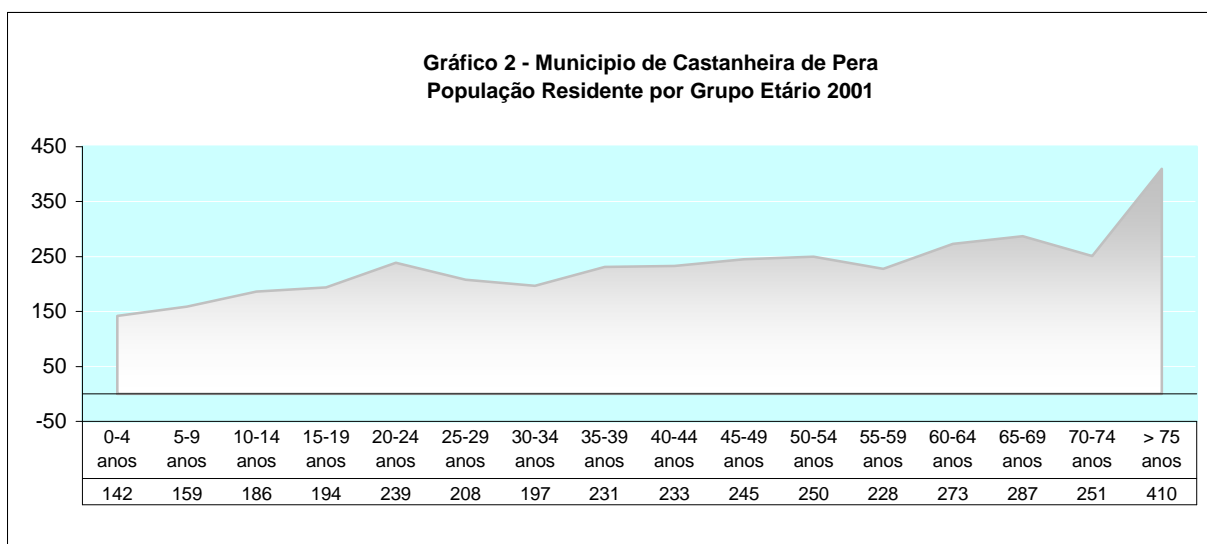
Quadro 1- Área e População do Município em estudo e da região do Pinhal Interior Norte - 2005				
Designação do Indicador	Município	Pinhal Interior Norte	Unidade	%
Área total <small>ni 1000</small>	66,8	2616,6	Km2	2,6
Densidade	50,6	52,7	Pessoas/Km2	
População Residente HM	3379	137840	Indivíduos	2,5
População Residente M	1789	71383	Indivíduos	2,5
População Residente H	1590	66457	Indivíduos	2,4

Notas: ni1000: Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGR). Versão definitiva à data de referência dos Censos 2001.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

Ao nível da Região do Pinhal Interior Norte, Castanheira de Pera representa em termos populacionais 2,5 % do seu total. A sua densidade populacional é ligeiramente inferior à região de que faz parte (QUADRO 1).

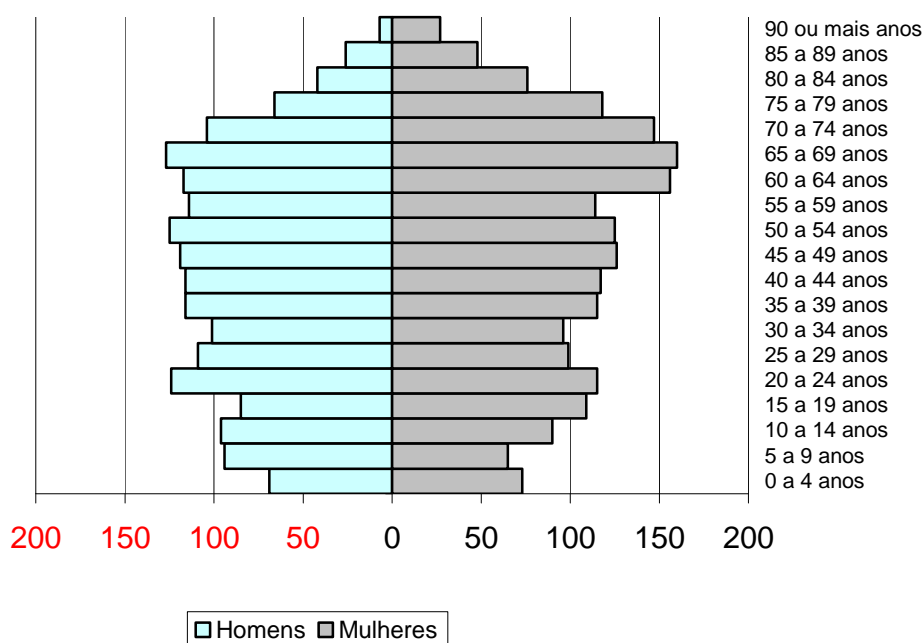
Os possíveis movimentos migratórios em busca de emprego levam a população activa mais jovem a deslocar-se para fora do município, o que explica a menor representatividade do segmento entre os 25 e os 34 anos na distribuição da população por escalões etários. Outro facto significativo é a reduzida representatividade dos segmentos expressivos das faixas mais jovens (GRÁFICO 2).



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

A pirâmide etária do município (GRÁFICO 3) é bem representativa do nível de envelhecimento que caracteriza a evolução demográfica a que se tem assistido, denotando-se o avolumar das faixas etárias mais elevadas, assumindo uma forma típica de países/ regiões em envelhecimento.

Gráfico 3- Pirâmide etária do Município de Castanheira de Pera - 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Em relação ao peso relativo dos grupos etários no Município, constata-se que a faixa etária dos 0-14 anos tem vindo a registar uma perda significativa de efectivos – uma diminuição de pouco mais de dez pontos percentuais da taxa de peso relativo nos últimos 35 anos - o que se

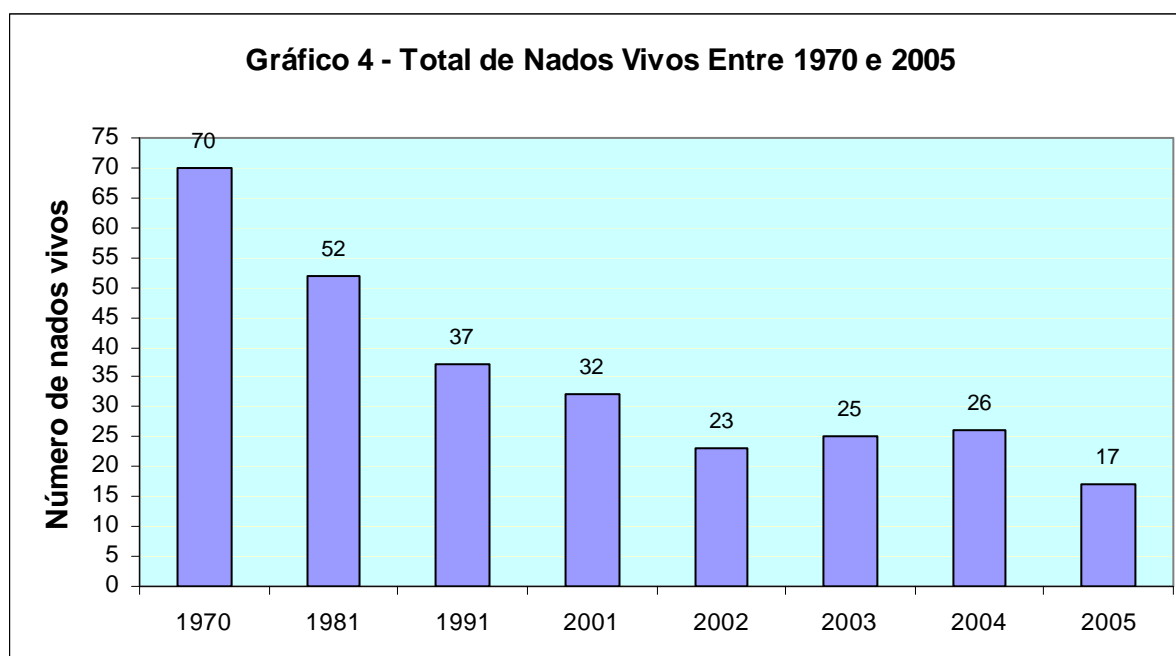
deve não só ao facto de a Taxa de Natalidade ter diminuído mas também ao êxodo populacional que se tem vindo a verificar.

Quadro 2 - Peso Relativo dos Grupos Etários no Município										
Grupo etário	1970	Peso Relativo	1981	Peso Relativo	1991	Peso Relativo	2001	Peso Relativo	2005	Peso Relativo
0-14	1075	23,1%	1115	21,7%	755	17%	487	13%	407	12%
15-64	3070	65,9%	3110	60,5%	2762	62,2%	2298	61,6%	2101	62,2%
>65	515	11,1%	912	17,8%	925	20,8%	948	25,4%	871	25,8%
Total	4660		5137		4442		3733		3379	

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

O mesmo se verifica para a faixa etária dos 15-64 anos que sofreu, também, uma diminuição da mesma taxa, apesar de menos intensa (3,7 % nos últimos 35 anos).

O único grupo etário que viu aumentar os seus efectivos, no mesmo período, foi o dos maiores de 65 anos, que viu passar o seu peso relativo de 11,1% em 1970, para 25,8% em 2005, denotando, novamente, o acentuado envelhecimento que se tem vindo a verificar e que resulta da saída da população jovem do município, associada ao prolongamento da esperança média de vida (QUADRO 2).



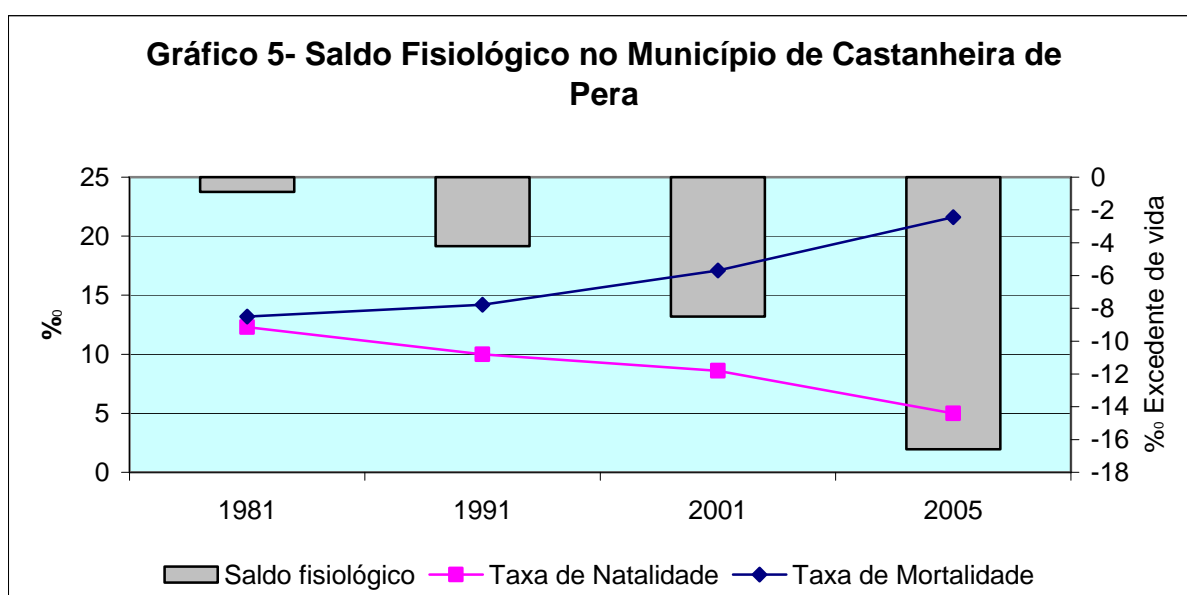
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 1970,1981,1991, 2001 e Anuários Estatísticos da Região Centro

Ao nível da natalidade, as últimas décadas apresentam uma diminuição do número verificado de nados vivos, podendo observar-se que, em 1970, o total de nados vivos no município de Castanheira de Pera era de 70, diminuindo acentuadamente até 2001: 52 nados vivos nos Censos de 1981, 37 no ano de 1991, e atingindo o valor de 32 nados vivos verificados

em 2001. Após uma ligeiríssima inversão da tendência verificada nos primeiros anos desta década, os valores voltaram a descer, atingindo o seu mínimo em 2005, onde apenas se verificaram 17 nados vivos no município, valor anormalmente baixo, principalmente se tivermos em conta a estabilidade que se verificou nos anos imediatamente anteriores (GRÁFICO 4). É por esse facto que poderemos afirmar que a estabilização no número de nados vivos nos anos subsequentes será a característica mais acentuada.

Estes valores (nomeadamente a análise ano a ano desde 2001) são de extrema importância para a posterior análise da previsão da evolução do número de alunos no Município de Castanheira de Pera.

Em termos de saldo fisiológico², o cenário é muito claro no que diz respeito às últimas duas décadas – um decréscimo acelerado.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

Esta tendência reflecte, sem dúvida, uma descida da taxa de natalidade no Município, particularmente a partir da década de 80. Por seu lado, verifica-se o acentuar da taxa de mortalidade, o que espelha o envelhecimento progressivo da população (GRÁFICO 5).

Quadro 3 - Evolução da Taxa de Natalidade e de Mortalidade			
	Taxa de Natalidade*	Taxa de Mortalidade*	Excedente de vida
1981	12,3	13,2	-0,9
1991	10	14,2	-4,2
2001	8,6	17,1	-8,5
2005	5	21,6	-16,6

*Dados em permilagem

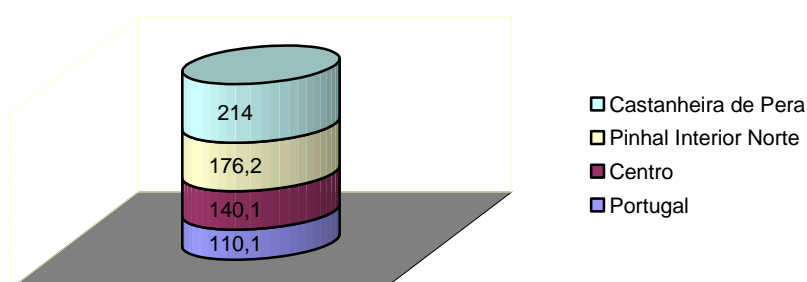
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação

² Saldo fisiológico – Diferença entre número de nados vivos e número de óbitos, num dado período de tempo

A diminuição verificada no saldo fisiológico do município nas últimas décadas de que apresentamos registos, tende a agravar-se, tal como se pode verificar nos valores do quadro 3, pelo que estes valores devem ser encarados com atenção, dado as consequências preocupantes para o município de Castanheira de Pera.

O índice de envelhecimento registado no município de Castanheira de Pera (214%) é francamente superior à média nacional (110,1%), destacando-se inclusivamente da região geográfica a que pertence – 176,2% para a região do Pinhal Interior Norte (GRÁFICO 6).

Gráfico 6 - Índice de envelhecimento %- 2005



Fonte: INE, Retratos Territoriais

No que diz respeito à educação, apesar de se verificar uma redução de 1,3% na taxa de analfabetismo no município de Castanheira de Pera nos últimos dez anos, os resultados neste domínio não podem ser considerados satisfatórios. Apesar das ofertas verificadas, poucos foram os que aproveitaram para obter o 4.º ou o 6.º Ano de escolaridade obrigatória, quer ao nível das acções correntes de 1.º e 2.º Ciclo do Ensino Recorrente quer pelas candidaturas ao PRODEP.

Comparando a evolução da taxa de analfabetismo no Município com a da região do Pinhal Interior Norte, verificamos que, esta última, em igual período, conseguiu uma recuperação de 3,6 %, eliminando a diferença de 2,3 valores registados em 1991 (QUADRO 4). Deste facto, podemos concluir que a diminuição da taxa de analfabetismo em Castanheira de Pera, em comparação com a Região a que pertence, verificou melhorias lentas e pouco acentuadas. É de salientar que, dos 449 analfabetos, 314 são mulheres.

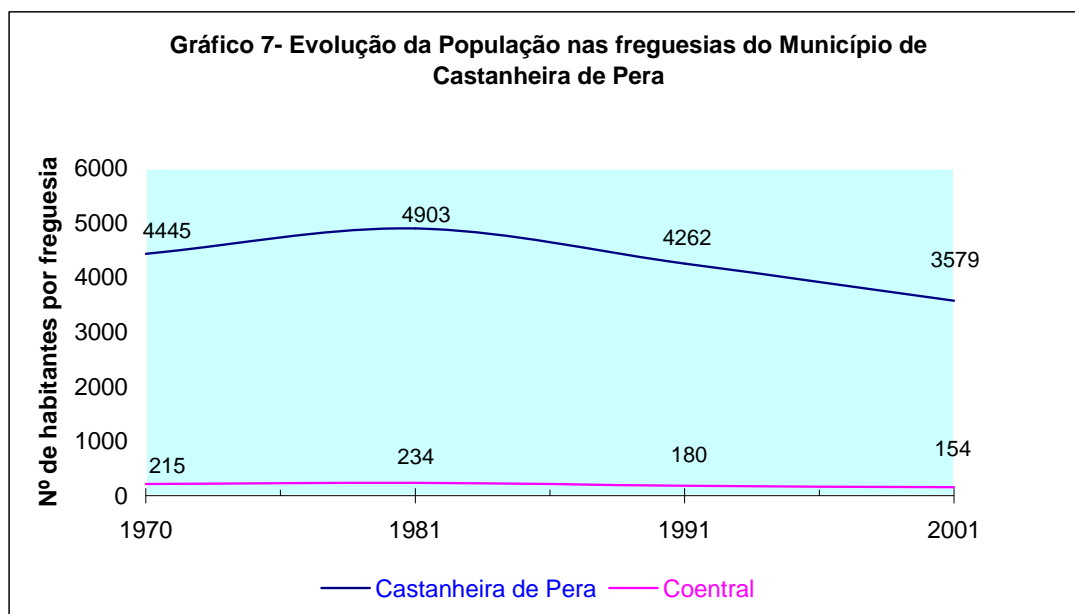
Relativamente à média nacional, que em 2001 era de 9%, a taxa de analfabetismo observada no município era 4,1% superior.

Quadro 4 - Evolução da Taxa de Analfabetismo					
	Castanheira de Pera	Pinhal Interior Norte	Unidade	Dif.	Período
Taxa de analfabetismo HM em 1991	14,4	16,7	%	-2,3	1991
Taxa de analfabetismo HM em 2001	13,1	13,1	%	0	2001

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 1991, 2001

2.2.1.1. Freguesias do município

Foi o grande desenvolvimento que a freguesia de Castanheira de Pera registou no século XIX, devido à expansão da indústria têxtil e lanifícios, que conduziu à publicação da lei da criação do município (Lei n.º 203, Diário do Governo, I Série, n.º 99 de 17 de Junho de 1914) em 4 de Julho de 1914.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 1970, 1981, 1991, 2001

Após a década de setenta, e tendo-se registado um ligeiro acréscimo de população em ambas as freguesias até à década de 80, verifica-se uma diminuição da população, com perdas na ordem dos 19,9% nas duas freguesias, sendo estas perdas mais significativas na freguesia de Coentral, um território mais rural, com valores que atingem os 28,4 pontos percentuais (GRÁFICO 7 e QUADRO 5).

A freguesia de Castanheira de Pera é considerada *Área Medianamente Urbana*, segundo a Tipologia de Áreas Urbanas³, e a freguesia de Coentral definida como *Área Predominantemente Rural*, segundo a mesma tipologia.

³ A tipologia de áreas urbanas, para fins estatísticos, é o resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e foi aprovada pela 158ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística em reunião plenária realizada em 3 de Julho de 1998.

Quadro 5 - Distribuição da População por Freguesia									2001 % Pop. Município
	1970	1981	1991	2001	Δ 70-81 %	Δ 81-91 %	Δ 91-01 %	Δ 70/01 %	
Coentral	215	234	180	154	8,8	-23,1	-14,4	-28,4	4,1
Cast. Pera	4445	4903	4262	3579	10,3	-13,1	-16,0	-19,5	95,9
Total	4660	5137	4442	3733	10,2	-13,5	-16,0	-19,9	100

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 1970,1981,1991, 2001

É de assinalar que 95,9 % da população concelhia reside na freguesia de Castanheira de Pera, servida pelos principais eixos viários que cruzam o Município, enquanto apenas 4,1 % da população se fixa na freguesia de Coentral, mais afastada da principal rede viária e dotada de menos equipamentos (MAPA 3).

População das Freguesias do Concelho de Castanheira de Pera (2001)



Mapa 3 - População das Freguesias do Município em 2001

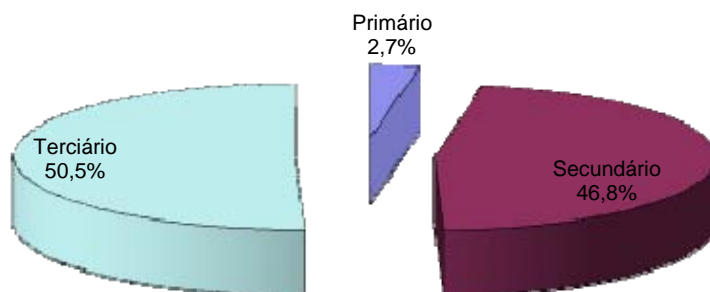
2.2.2. Actividades Económicas do Município

A Zona do Pinhal é um território que forma uma unidade, não só do ponto de vista físico, como da ocupação humana que reflecte a realidade do País. De facto, esta região tem sofrido uma forte desertificação humana, característica típica das regiões do interior, o que se traduz, necessariamente, num envelhecimento gradual e acentuado da estrutura etária da população.

Sem conseguir distanciar-se do panorama nacional, também Castanheira de Pera sofre as consequências de uma grave crise que vem assolando a indústria têxtil, com uma forte implantação no Município da indústria de lanifícios, verificada até há pouco tempo. O facto de esta actividade constituir, até então, o maior foco de captação de mão-de-obra no município, tem agravado o êxodo da população, sobretudo da mais jovem, que se depara com uma situação de oferta de emprego diminuta e pouco diversificada.

A quebra da capacidade empregadora da indústria têxtil e o crescimento da importância de outras actividades do sector secundário, a par do aumento da capacidade empregadora no sector terciário (hoje o sector que emprega o maior número de activos do Município, nos diversos serviços públicos e privados existentes) (GRÁFICO 8), confirmam a tendência evolutiva da economia nacional.

Gráfico 8- População empregada por sector de actividade- 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação –2001

De facto, um pouco mais de metade (50,5%) da população empregada no município de Castanheira de Pera insere-se no sector terciário, sendo que apenas 2,7% da população exerce a sua actividade no sector primário.

SECTOR PRIMÁRIO

A agricultura tem assumido essencialmente um papel de subsistência, complemento de outras actividades exercidas no sector secundário ou terciário. No entanto, em virtude da crise industrial que o município atravessou e do facto da área florestal ocupar uma parte significativa do município (cerca de 30,7%), verifica-se que o sector primário (agro-florestal) tem permitido o desenvolvimento de algumas actividades ligadas à floresta,

tal como a indústria de madeira e a produção do mel. (*C.M. Castanheira de Pera*)

SECTOR SECUNDÁRIO

A indústria de lanifícios possuía até há algum tempo atrás um peso considerável a nível local. Efectivamente, em 1881 Castanheira de Pera era considerado um dos principais centros de produção de lanifícios do país. No entanto, o facto de não ter acompanhado o desenvolvimento técnico que se registou ao longo dos últimos anos e a feroz concorrência de alguns países do leste, traduziu-se numa crise significativa neste sector com o encerramento de diversas unidades fabris. Sendo actualmente a procura de emprego manifestamente superior à oferta disponível no concelho, verifica-se o recurso a situações de sub-emprego, emprego precário que, pela sua natureza, por um lado não baixa a taxa de desemprego, por outro não os (re)qualifica para outras actividades profissionais. Na tentativa de colmatar este problema, ocorreram determinadas iniciativas a nível local tendo em vista a recuperação de algumas das indústrias de lanifícios que ainda se encontram em laboração, bem como a implantação de novas indústrias, diversificando-se assim o tecido empresarial. (*C.M. Castanheira de Pera*)

SECTOR TERCIÁRIO

Fruto, essencialmente, da pouca importância do sector primário e da crise no sector secundário, o sector terciário tem assumido um peso considerável na via socio-económica desta comunidade, sendo, inclusive, aquele que emprega maior número de activos, principalmente ao nível das entidades bancárias e dos vários serviços públicos existentes (Câmara Municipal, Correios, Centro de Saúde e Escolas). Este fenómeno é ainda mais relevante na vila de Castanheira de Pera. (*C.M. Castanheira de Pera*).

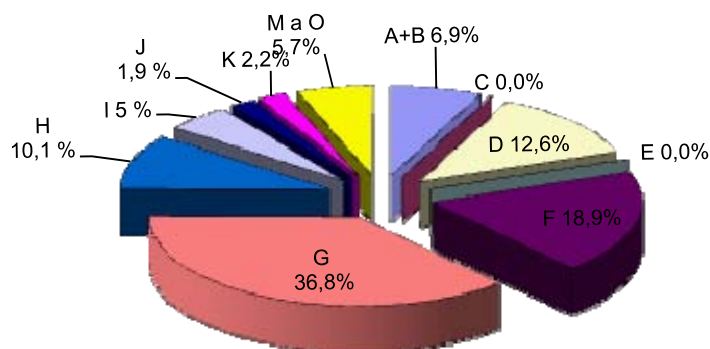
A esta tendência para um aumento da importância do sector terciário não será alheia a aposta, quer no sector turístico, através da implementação de novos equipamentos de recreio e lazer, aproveitando os seus recursos naturais, quer ao nível da requalificação urbanística, através de um correcto ordenamento e de uma gestão territorial adequada.

Também as acessibilidades têm sido alvo de melhoramentos significativos, não só ao nível das redes viárias existentes, mas também reforçando as ligações entre o litoral e o interior, através da implementação de uma série de vias estruturantes que são fundamentais para quebrar o isolamento a que este município e toda a região do interior têm estado sujeitos.

Em relação à tipologia das empresas sedeadas no município, podemos verificar (GRÁFICO 9) que a maior percentagem pertence ao ramo do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico, com uma percentagem de 36,8 %, deixando a indústria da construção, que representa a segunda maior força empresarial local, a 17,9 pontos percentuais. Destacam-se, ainda, as indústrias transformadoras e as empresas de alojamento e restauração, que representam

12,6% e 10,1 % do total, respectivamente.

Gráfico 9- Empresas do Município (grupos segundo a CAE)- 2005



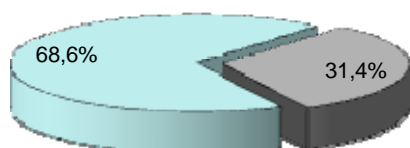
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2005, segundo a CAE-Rev.2.1, 31/12/2005:

A- Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B- Pescas; C- Indústrias Extractivas; D- Indústrias transformadoras; E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F- Construção; G- Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H- Alojamento e restauração; I- Transportes, armazenagem e comunicações; J- Actividades financeiras; K- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L- Administração Pública, defesa e Segurança Social; M- Educação; N- Saúde e acção social; O- Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

2.2.2.1 Caracterização da População Desempregada no Município

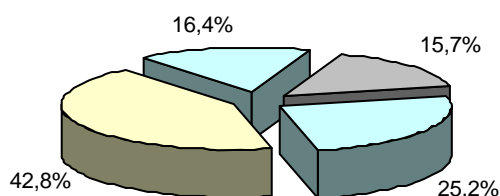
Ao nível deste caracterizador, pode-se aferir que são as mulheres que adensam as estatísticas do desemprego neste município, contribuindo com 68,6 % do total de população desempregada. São, também, os indivíduos com idade compreendida entre os 35 e os 54 anos os mais atingidos (42,8 %). (GRÁFICOS 10 e 11)

Gráfico 10- População desempregada por sexo



Homens Mulheres

Gráfico 11- População desempregada por faixas etárias



< 25 anos 25-34 35-54 ≥ 55 anos

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, dados referentes a Abril de 2007

No universo total de desempregados, 88,7 % procuram um novo emprego. Em relação ao tempo da inscrição no Centro de Emprego, 62,3 % da população desempregada efectuou-a há menos de um ano, estando os restantes 37,7 % inscritos há um ou mais anos. (GRÁFICOS 12 e 13)

Gráfico 12- População desempregada à procura de primeiro emprego

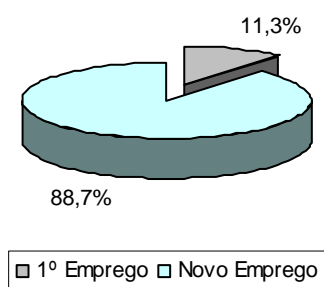
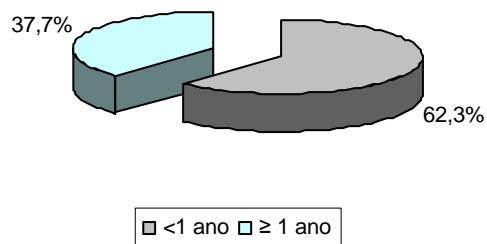
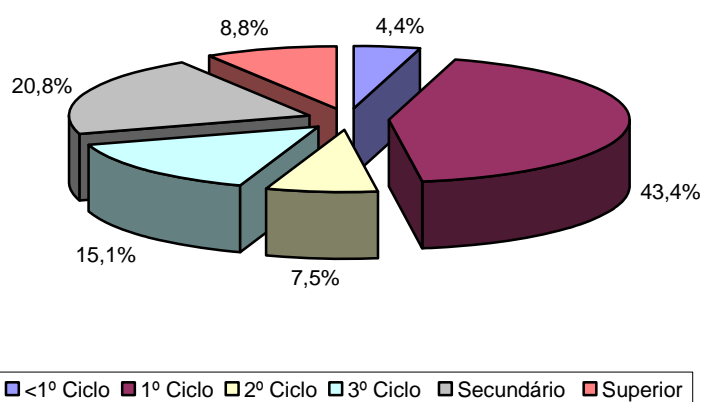


Gráfico 13- População desempregada por tempo de inscrição



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, dados referentes a Abril de 2007

Gráfico 14- População desempregada por nível de instrução - 2007



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, dados referentes a Abril de 2007

Fazendo uma análise ao nível de instrução dos desempregados do município de Castanheira de Pera, podemos concluir que são os indivíduos com o 1º Ciclo do Ensino Básico quem mais contribui para as percentagens de desemprego, contando com 43,4 %. No outro extremo estão as pessoas com menos que o 1º Ciclo, com 4,4% (GRÁFICO 14).

Em forma de conclusão importa salientar que a taxa de desemprego registada em 2007 (dados de Abril) é de 5,24 % para o Município de Castanheira de Pera.

Quadro 6 - Desemprego no Município de Castanheira de Pera - 2006

Sexo		Faixa etária		Categoria		Tempo de inscrição		Habilitações literárias (anos de escolaridade)						Nº de desemp.
H	M	<25	>25	1º Emp.	Novo Emp.	<1 ano	≥ 1 ano	<1º Ciclo	1º Ciclo EB	2º Ciclo EB	3º Ciclo EB	Secundário	Superior	
50	109	25	134	18	141	99	60	7	69	12	24	33	14	159

2.2.3. Rede Viária e Acessibilidades

Apesar do carácter de interioridade que o Município apresenta, pode-se considerar que Castanheira de Pera apresenta níveis satisfatórios do ponto de vista de infra-estruturas de transporte rodoviários, que permitem bons acessos às principais cidades do Centro do país (MAPA 4).



Mapa 4 - Rede Viária da Região

Fonte: viajar.clix.pt

É através da EN 236-1 que se estabelece a principal ligação ao município. De facto, é esta que liga o município ao IC8, eixo viário que faz a união do litoral a Castelo Branco, assim como ao norte e sul do país através da A1 (nó rodoviário de Pombal). É também através do IC8 que se estabelece a ligação ao IC3 que, para além da ligação que permite a sul (nomeadamente ao IP6) e a norte (nó rodoviário de Condeixa à A1), se assume como a principal via com destino a Coimbra.

No que se refere à rede ferroviária regista-se a proximidade às linhas de caminho de ferro da Lousã a 22 km, de Miranda do Corvo a 30 km, de Pombal a 50 km, de Tomar a 55 km e de Coimbra a 68 km, aproximadamente.

No que concerne à rede municipal, poder-se-á dizer que esta serve todos os aglomerados populacionais do Município (MAPA 5).



Mapa 5 - Rede viária do município em estudo

O município em estudo é atravessado por uma estrada nacional, a EN 236, que constitui um importante eixo viário tanto no acesso à Lousã, como a Pedrógão Grande, assim como a EN 236-1 que estabelece a ligação ao IC8, tal como descrito anteriormente, e a Figueiró dos Vinhos.

Em síntese, é possível afirmar que a acessibilidade no território do município é razoável, estando a rede de transportes predominantemente organizada em função da sede do município e ajustada às necessidades de funcionamento da rede escolar. Importa, neste sentido, referir a importância do acordo alcançado entre a Autarquia e a empresa de transportes públicos Rodoviária da Beira Litoral, S.A. (TRANSDEV) que, ao assegurar parte dos transportes de alunos no município, permite que todos os munícipes, em período lectivo, possam beneficiar deste tipo de serviços.

3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

Neste capítulo, procurar-se-á esboçar um quadro retrospectivo e prospectivo da procura de ensino e avaliar os níveis de escolarização, de sucesso e de abandono no presente, bem como expor alguns apontadores do funcionamento do parque escolar existente.

3.1 Enquadramento Geral da Educação e do Ensino

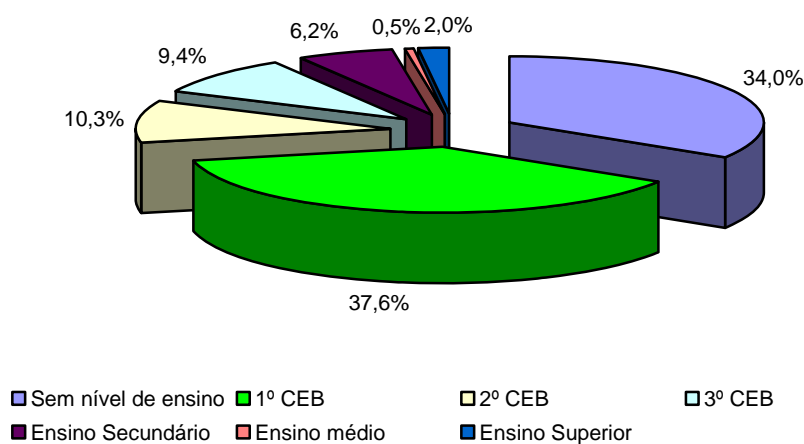
Quadro 7 - População Segundo Grupo Etário por Nível de Instrução – 2001														
	Idades													
	< 15 anos	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	65-69 anos	> 70 anos	Total
População Total	487	194	239	208	197	231	233	245	250	228	273	287	661	3733
Sem nível de ensino %	68,6	1	5	7,2	8,6	10	9	11,8	15,6	22,4	40,3	55,7	68,9	34
Ensino Básico %	31,4	87,6	55,6	69,7	75,6	76,6	79,8	83,7	76,4	72,4	56,4	42,2	28,9	57,3
1º CEB	16,4	8,2	17,6	30,8	34	44,6	50,6	72,7	63,6	64,5	51,6	39,7	26,3	37,6
2º CEB	15	27,3	13	23,1	25,9	19,5	15	5,7	5,6	3,5	1,8	0,7	0,9	10,3
3º CEB	-	52,1	25,1	15,9	15,7	12,6	14,2	5,3	7,2	4,4	2,9	1,7	0,02	9,4
Ensino Secundário %	-	11,3	36,4	16,8	10,7	9,1	7,7	1,6	3,6	3,1	1,1	0,7	0,6	6,2
Ensino Médio ⁶ %	-	-	-	-	-	-	-	0,4	1,2	1,3	1,8	1,4	0,3	0,5
Ensino Superior %	-	-	2,9	6,25	5,1	4,3	3,4	2,4	3,2	0,9	0,4	-	1,2	2

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

Trinta e quatro por cento da população do Concelho nunca frequentou a escola, sendo que estas percentagens crescem à medida que se avança nos grupos etários, o que é facilmente explicável pelos motivos sociais e históricos que no passado levavam ao abandono/ não frequência do sistema de ensino. Outro facto que se verifica na análise do quadro 8 é a percentagem de 28,4 da população com escolaridade para além do primeiro ciclo do ensino básico; destes, 2,5% inscrevem-se nos ensinos médios⁴ ou superior. A percentagem de frequência do ensino secundário mais significativa regista-se na classe dos 20 aos 24 anos, em valores de 36,4% (QUADRO 7 e GRÁFICO 15).

⁴ De acordo com o conceito utilizado pelo INE nos RGP, são cursos médios os Cursos de Educadores de Infância, Magistério primário, Enfermagem, Geral e Complementar de Gestão, Línguas Estrangeiras e/ou Tradutores e Intérpretes, Línguas e Turismo, Publicidade e Relações Públicas, Secretariado e Assistente de Direcção. São cursos com a duração de 3 anos, após a conclusão do Curso Geral dos Liceus ou das Escolas Técnicas.

Gráfico 15- População por níveis de instrução



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001

3.1.1 Abandono e Sucesso Escolar

Quadro 8 - Aproveitamento Escolar (2003/2004)

Taxa de aproveitamento												Taxa de Insucesso											
Ensino Básico												Ensino Básico											
1º Ciclo					2º Ciclo			3º Ciclo				1º Ciclo					2º Ciclo			3º Ciclo			
Total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total	5º ano	6º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano	Total	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	Total	5º ano	6º ano	Total	7º ano	8º ano	9º ano
86,1	100,0	82,5	82,2	80,8	84,1	88,9	78,4	85,6	71,4	90,6	97,3	13,9	0,0	17,5	17,8	19,2	15,9	11,1	21,6	14,4	28,6	9,4	2,7

Fonte: Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo - Direcção de Serviços de Estatística.

3.1.2 Análise de Fluxos de alunos

Apresentam-se as tabelas que permitem uma visão célere da proveniência dos alunos que frequentam as escolas do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos de Castanheira de Pera, por freguesia.

Análises de Fluxos (Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico)

Quadro 9 - Proveniência dos alunos do pré-escolar e 1º CEB – 2006/2007			
Freguesias			
	Castanheira de Pera	Coentral	Total
J I de Bolo	6	0	
J I de Castanheira de Pera	44	0	73
Casa da Criança	21	2	
EB 1 Bolo	41	2	
EB 1 Castanheira de Pera	84	0	127
Total	196	4	200

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

A população que frequenta a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico é servida por um grupo de escolas localizadas na freguesia de Castanheira de Pera. Por haverem apenas 4 alunos provenientes de outra freguesia (Coentral), os fluxos analisados resumem-se a esse pequeno número (QUADRO 9).

Análise de Fluxos (2º Ciclo do Ensino Básico)

Quadro 10 - Proveniência dos alunos do 2º CEB			
Freguesias			
	Castanheira de Pera	Coentral	Total
EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto	74	5	79

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

A EB 2.3 Dr. Bissaya Barreto estende a sua influência à totalidade do concelho, sendo que dos 79 alunos que frequentam o 2º CEB, apenas 5 são provenientes da freguesia de Coentral (QUADRO 10).

Análise de Fluxos (3º Ciclo do Ensino Básico)

Quadro 11 - Proveniência dos alunos do 3º CEB			
Freguesias			
	Castanheira de Pera	Coentral	Total
EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto	104	6	110

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

A EB 2.3 Dr. Bissaya Barreto serve a totalidade da população estudantil de Castanheira de Pera neste ciclo, verificando-se apenas 6 alunos provenientes da freguesia de Coentral num universo de 110 alunos a frequentar o 3º CEB (QUADRO 11).

Distâncias do Local de Residência à EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto

Quadro 12 – Distâncias do Local de Residência à EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto		
Local de residência	Distância média (km)	Tempo médio gasto (min)
Coentral (freguesia)	9,5	16
Bolo	3,5	6
Carregal Cimeiro	3,7	6
Gestosa	2	3
Pera	5	7
Moita	6	7
Sarzedas S. Pedro	6,5	7
Troviscal	2,5	4

Fonte: ViaMichelin

Deste quadro podemos aferir que a distância máxima do local de residência à escola EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto, se situa na ordem dos 9,5 km, com tempos médios gastos de 16 minutos.

Estas distâncias são medidas por proximidade ao centro de cada um dos lugares, em tempos médios e arredondados. Os Lugares descritos no quadro 13 são meramente ilustrativos das médias de distância e tempo, e foram escolhidos por serem aqueles onde existe ou existiu até há pouco tempo escolas do 1º CEB.

3.2 Agrupamento de Escolas

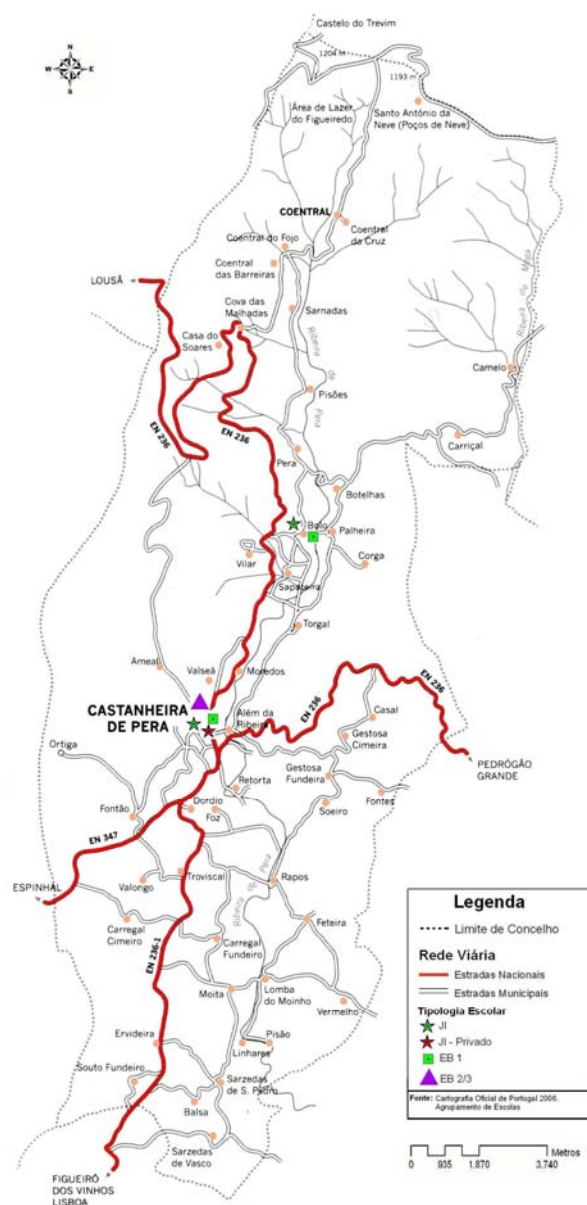
De acordo com o Artigo 5º do Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de Março, o “Agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum.”

Quadro 13 - Resumo do Agrupamento de Escolas – 2006/2007					
	Estabelecimentos	Nº. de alunos	% de alunos do Concelho	Nº Docentes	Alunos por Docente
Pré-escolar	2	50	100	3	16,7
1.º CEB	2	127	100	7	18,1
2.º/3.º CEB	1	189	100	30	6,3
Total	5	366		42	8,7

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

Pela sua dimensão e população escolar abrangida, a organização espacial da rede educativa no Concelho de Castanheira de Pera integra apenas um território educativo, concretizado orgânica/operacionalmente num Agrupamento de escolas – o Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera (QUADRO 13), que abrange todo o concelho (MAPA 6).

Distribuição das escolas do Concelho de Castanheira de Pera



Mapa 6 - Distribuição das escolas do Agrupamento

ESCOLA NÃO AGRUPADA

Quadro 14 - Casa da Criança R. D. Leonor - Fund. B. Barreto – 2006/2007					
	Estabelecimentos	Nº. de alunos	% de alunos do Concelho	Nº Docentes	Alunos por Docente
Pré-escolar	1	23	100	1	23
Creche	1	20	95	1	20

Fonte: Casa da Criança R. D. Leonor - Fund. B. Barreto

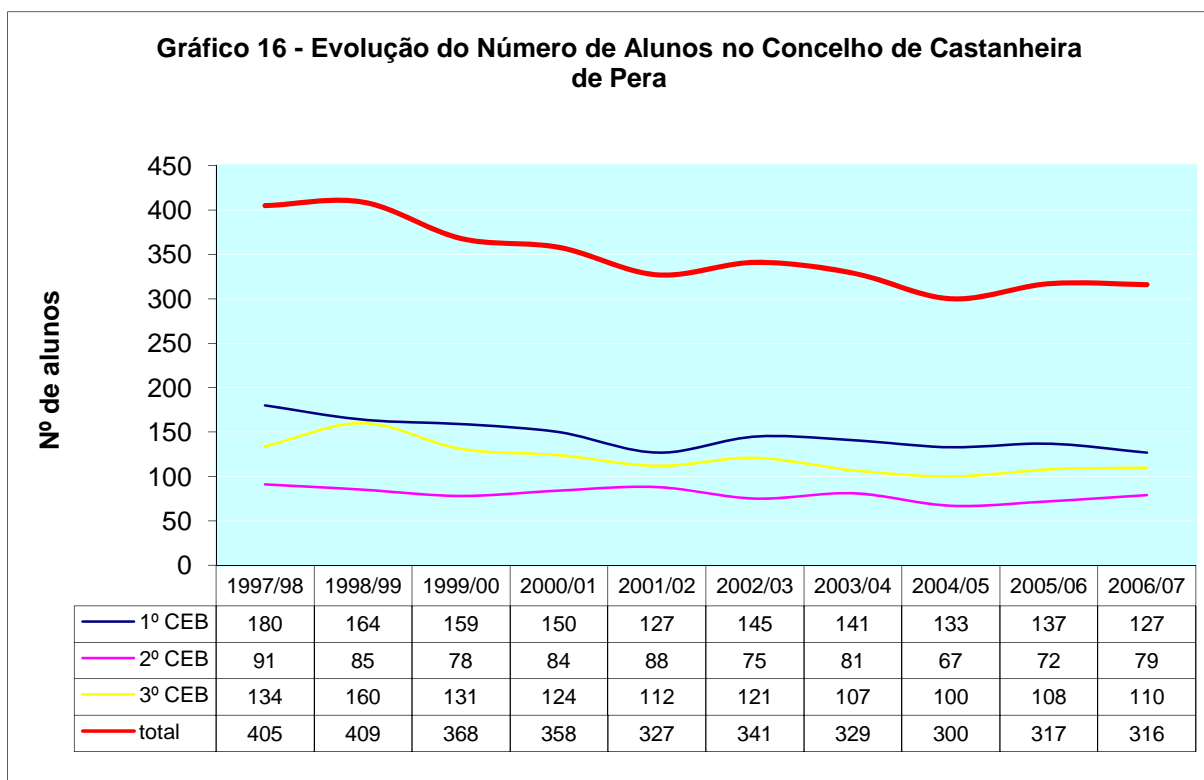
Como escola não agrupada existe um equipamento, a Casa da Criança Rainha D. Leonor, da Fundação Bissaya Barreto, instituição privada que tem a seu cargo 23 alunos na sua valência de Jardim de Infância (QUADRO 14). Na valência de Creche frequentam, no presente ano lectivo, 20 crianças a cargo de uma educadora.

3.3 Procura de Educação e de Ensino

Chegados a este ponto, o objectivo será analisar, no concelho, a evolução recente da procura de educação dos vários níveis de ensino, podendo ser necessário avaliar eventuais fluxos de alunos que se desloquem para concelhos limítrofes.

É oportuno referir-se que, para além de uma análise demográfica de raiz, a propagação da educação pré-escolar, a aguardada melhoria dos níveis de transição, repetência e abandono, e os resultados conjugados do propósito nacional da obrigatoriedade de 12 anos de escolarização e da execução do novo modelo de avaliação, introduzirão vastas alterações nos quantitativos da população a escolarizar.

3.3.1 Evolução do Número de Alunos no Concelho



Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

Seguindo a evolução demográfica observada em 2.2.1 o número de alunos no concelho, e para a generalidade dos ciclos do ensino básico, tem vindo a diminuir desde 1997.

Com a descida da taxa de natalidade verificada nas últimas décadas (ver GRÁFICO 4), esta parece reflectir-se no número de alunos que frequentam o primeiro ciclo do ensino básico. Note-se que a diminuição de alunos do primeiro ciclo do ensino básico, nos últimos 10 anos, foi da ordem dos quase 30% (ver QUADRO 16), o que levou ao encerramento de seis estabelecimentos de ensino do 1º ciclo, apenas nos últimos 5 anos. Este factor poderá ser explicado através da mobilidade populacional (migração em procura de trabalho), o que provoca a diminuição do número de crianças nas entradas para a escolaridade básica, uma vez que essa mesma mobilidade se reflecte na diminuição do número de nascimentos no Concelho, e às medidas adoptadas pelo Governo na sua política de encerramento das escolas.

3.3.2 Educação Pré-escolar

A educação pré-escolar assume-se nos dias de hoje como a etapa primordial da educação básica, sendo *complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário* (Artigo 2º da Lei n.º 5/97 de 10 de Fevereiro).

A população alvo deste nível de ensino são as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, sendo a sua frequência facultativa, competindo, porém, ao Estado, contribuir activamente para a sua universalização.

A criação efectiva de uma rede de educação pré-escolar e o seu desenvolvimento, deve ser concretizada no âmbito nacional, integrando a rede pública gerada a partir da iniciativa da administração local e central, assim como de uma rede privada, fruto das iniciativas das instituições particulares de solidariedade social, do ensino cooperativo e particular, assim como de outras instituições e organismos sem fins lucrativos que prossigam actividades no âmbito do ensino e educação (Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho).

A Lei de Bases do Sistema Educativo define como objectivos da Educação Pré-Escolar os seguintes:

- *Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;*
- *Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;*
- *Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;*
- *Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o*

- desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;*
- *Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;*
 - *Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade;*
 - *Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;*
 - *Proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.*

A este nível de ensino, a articulação entre a rede pública e a rede privada, no concelho de Castanheira de Pera, é notória, contribuindo, desta forma, para a crescente concretização da universalização do ensino pré-escolar.

Quadro 15 – Evolução dos alunos no pré-escolar								
	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	% Δ 02/07	Educadores	Crianças/ Educador
JI de Bolo	14	15	10	6	6	-57,1	1	6
JI de Castanheira de Pera	50	41	46	49	44	-12	2	22
Casa da Criança R.D. Leonor*	23	22	19	21	23	0	1	23
Total	87	78	75	76	73	-16,1	4	18,3

*Particular

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

No ano lectivo de 2002/2003 estavam inscritas 87 crianças nos estabelecimentos de ensino pré-escolar, número esse que desceu 16,1 % para os actuais 73 alunos no ano lectivo de 2006/2007. Actualmente, 68,5 % da procura deste nível de ensino é satisfeita pela rede pública, factor que revela, por si só, uma forte complementaridade entre esta e a rede privada no concelho.

Em relação à taxa de pré-escolarização⁷, um indicador cuja interpretação proporciona uma leitura que traduz a necessidade de adequação da oferta à procura, situava-se, segundo dados do GIASE para 2004/2005, em 97,5%, valores que indiciam uma taxa de cobertura quase de 100% para a população dos 3 aos 5 anos de idade, no ensino pré-escolar.

⁷ **Taxa de pré-escolarização:** relação entre o número de crianças que frequenta a educação pré-escolar e a população residente do grupo etário 3-5 anos.

3.3.3 Ensino Básico

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que o Ensino Básico compreenda três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos.

Tendo por base o referido diploma legal, são objectivos do ensino básico:

- *Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;*
- *Assegurar que nesta formação sejam de uma forma equilibrada inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;*
- *Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;*
- *Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.*
- *Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;*
- *Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;*
- *Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;*
- *Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;*
- *Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;*
- *Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;*
- *Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;*
- *Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;*

- Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;
- Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;

3.3.3.1 Primeiro Ciclo do Ensino Básico

O 1º Ciclo é a primeira etapa da escolaridade obrigatória do ensino básico gratuito, onde se pretende que o ensino seja globalizante e a cargo de um professor que deve potenciar nos alunos o enriquecimento da linguagem oral e a iniciação da aprendizagem e domínio da leitura, escrita, noções de aritmética, cálculo e a aquisição de noções básicas do meio físico e social, da expressão plástica, dramática, musical e físico – motora.

É constituído por quatro anos de escolaridade, com crianças entre os 6 e os 9 anos.

No que diz respeito ao Concelho de Castanheira de Pera, a crescente desertificação do território deixou, nos últimos anos, traços evidentes no que diz respeito ao Ordenamento de rede escolar ao nível do 1º Ciclo. De facto, e como se pode ver no quadro 17, existiam, até ao ano lectivo de 2002/2003, oito equipamentos distribuídos pelos diversos lugares, nomeadamente, Bolo, Castanheira de Pera, Coentral, Gestosa, Moita, Pera, Troviscal e Sarzedas de S. Pedro.

Com uma diminuição de quase 30% do número de alunos a frequentar o 1º CEB no concelho, nos últimos dez anos, o Ministério da Educação determinou a suspensão de seis das escolas, restando, neste momento, apenas duas delas: a EB1 de Bolo e a EB 1 de Castanheira de Pera, que acolhem as crianças das duas freguesias deste Município

Quadro 16 - Evolução do número de alunos 1º CEB											
	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	% Δ 97/07
Castanheira de Pera	89	85	84	82	64	83	86	78	87	84	-5,6
Bolo	27	24	20	19	23	25	28	26	23	43	59,3
Coentral	7	6	7	7	10	12	9	8	4		-
Moita	12	16	14	14	9	9	11	13	14		-
Troviscal	18	14	16	15	11	10	7	8	9		-
Pera	7	5	7	6	3	2					-
Gestosa	10	6	5	3	4	2					-
Sarzedas S. Pedro	10	8	6	4	3	2					-
Total:	180	164	159	150	127	145	141	133	137	127	-29,4

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

A fraca taxa de ocupação das escolas entretanto desactivadas, todas elas com uma frequência menor do que 15 alunos (2 alunos no caso das EB1 de Pera, Gestosa e Sarzedas S. Pedro aquando do seu último ano de funcionamento), levou à transferência dos alunos para a EB 1 de Bolo, facto que explica o acréscimo acentuado de alunos nesta escola no ano lectivo de 2006/2007. Esta última escola sofreu, também, obras de melhoramentos para o efeito referido.

Importa ainda referir que, a propósito de a EB 1 de Bolo ter sido escola de acolhimento aquando dos encerramentos registados, isso provocou que essa mesma escola acolha alunos de todo o concelho, incluindo os pontos mais a Sul, como Sarzedas de Vasco. Quer isto dizer que se assiste uma disparidade da proveniência dos alunos nas duas EB 1, ou seja, se a EB1 da Vila deveria assegurar uma cobertura da região mais a Sul do concelho, a EB1 de Bolo deveria fazê-lo para a região mais a Norte do mesmo, o que resultaria numa maior eficiência e poupança de recursos e tempo, nomeadamente no que se refere aos transportes.

3.3.3.2 Segundo e Terceiro Ciclo

A nível organizacional, o 2ºCiclo apresenta geralmente o regime de um professor por área, divididos por diversos âmbitos interdisciplinares de formação básica, predominando a formação humanística, artística, física, e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica. No que se refere ao 3º Ciclo, desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas, e organiza-se segundo um plano curricular unificado, abarcando áreas vocacionais diferenciadas. Procura atingir uma aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, científica, literária, artística, física, desportiva e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa ou ao prosseguimento de estudos.

A nível concelhio, este grau de ensino é assegurado por um equipamento, a EB 2, 3 Dr. Bissaya Barreto.

Quadro 17 - Evolução do número de alunos do 2º e 3º CEB											
	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	% Δ 97/07
2º CEB	91	85	78	84	88	75	81	67	72	79	-13,2
3º CEB	134	160	131	124	112	121	107	100	108	110	-17,9
Total	225	245	209	208	200	196	188	167	180	189	-16

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

Acompanhando a tendência registada nos últimos dez anos a nível concelhio, verificaram-se reduções na ordem dos 13,2 % do número de alunos que frequentam o segundo

ciclo do ensino básico (quadro 17), passando de um número de 91 alunos a frequentar o 2º CEB no ano lectivo de 1997/1998, para um total de 79 alunos no presente ano lectivo de 2006/2007.

Em relação ao 3º CEB, a diminuição do número de alunos, em comparação ao 2º ciclo, foi ainda maior, registando valores de quase 18 %. Dos 134 alunos registados no ano lectivo de 1997/1998, verifica-se, no presente, um número de 110 alunos que frequentam o 3º ciclo do ensino básico na EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto.

Em termos gerais, podemos dizer que evolução do número total de alunos que frequentam o 2º e 3º ciclo do ensino básico no concelho de Castanheira de Pera, sofreu um decréscimo de 16%, mas que, apesar desta diminuição, se notou, nos últimos três anos e para estes níveis de ensino, uma ligeira inversão da tendência, apresentando um aumento, ainda que ténue, do número de alunos.

3.3.4 Ensino Secundário

O ensino secundário destina-se aos alunos que completarem o ensino básico, apresentando uma duração de três anos lectivos. Organiza-se de forma a contemplar a integração de cursos orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo, todas elas, componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas ajustados à natureza dos diferentes cursos.

De acordo com o previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo, o Ensino Secundário tem por objectivos:

- *Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;*
- *Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.*
- *Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;*
- *Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunicação e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;*
- *Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho*
- *Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;*

- *Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;*

No que diz respeito ao Concelho de Castanheira de Pera, não se verifica a existência deste nível de ensino. Para a frequência do ensino Secundário, os alunos do Concelho dispõem de ofertas a este nível nos Concelhos limítrofes, designadamente Figueiró dos Vinhos, através da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, através da Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal.

Quadro 18 - Número de Alunos a Frequentar os Cursos Gerais e Tecnológicos Esc. S. Figueiró dos Vinhos

Curso	Nº alunos por ano lectivo				Total
	9º	10º	11º	12º	
Curso de Operador de Informática	1	-	-	-	1
Curso de Ciências e Tecnologias	-	8	8	9	25
Curso de Ciências Sociais e Humanas	-	8	-	-	8
Curso Tecnológico de Acção Social	-	-	2	-	2
Agrupamento 1 Curso Científico Natural	-	-	-	3	3
Total	1	16	10	12	39

Fonte: Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos

São, actualmente, 39 os alunos provenientes do concelho de Castanheira de Pera que frequentam os cursos gerais e tecnológicos ministrados no estabelecimento de ensino secundário de Figueiró dos Vinhos, sendo que, um deles é aluno do 9º ano.

Os transportes dos alunos que frequentam esta escola, e reportando-nos ainda aos provenientes de Castanheira de Pera, são assegurados, em termos de custos, em 50 % pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera e os restantes 50 % pelos pais dos alunos.

3.3.4.1 População Escolar do Ensino Profissional

Quadro 19 – Oferta de Ensino Profissional nos Concelhos limítrofes

Curso	Nº de alunos
Profissional de Técnico de Restauração	4
Profissional de Técnico de Comunicação, <i>Marketing</i> , Publicidade e Relações Públicas	2
Profissional de Técnico de Gestão	3
Profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	1
Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo	3
Profissional de Técnico de Construção Civil/Organização e Preparação de Obra	1
Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade	1
Profissional de Técnico de Gestão	2
Profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	1
Técnico de Construção Civil	9
Técnico de Gestão	6
Técnico de Informática/Manutenção de Equipamento	1
Total	34

Fonte: Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal

Na opção de ensino profissionalizante, usufruem de uma vasta oferta de cursos proporcionados pela Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal, um total de 34 alunos do concelho de Castanheira de Pera, no presente ano lectivo de 2006/2007.

3.3.5 Alunos com Educação Especial

A educação especial é parte integrante da rede educativa local por ser uma das modalidades especiais da educação escolar. Procurando uma inclusão harmoniosa de todos os jovens no ensino não superior, são concedidos apoios educativos especiais a todos que deles carecem, para obterem sucesso educativo. Estes apoios desenvolvem-se com base na articulação de recursos e actividades de apoio especializado existentes nos estabelecimentos de ensino.

Contempla a recuperação e inclusão sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas singulares devidas a deficiências físicas e mentais. (Artigo 17º da Lei nº 46/86 de 14 de Outubro). São também apoiados os alunos com necessidade de um acompanhamento mais próximo por parte do educador.

Este tipo de apoios podem desenrolar-se segundo modelos de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico e com o apoio de educadores designados. Pode também desenvolver-se em instituições especializadas quando o tipo e o grau de deficiência do educando assim o exigirem (Idem, Artigo 18º).

Em termos gerais, podemos dizer que a prestação de apoios educativos visa, no quadro legal vigente:

- *Contribuir para a igualdade de oportunidades de sucesso educativo para todas as crianças, promovendo a existência de respostas pedagógicas diversificadas adequadas às suas necessidades específicas e ao seu desenvolvimento global;*
- *Promover a existência de condições nas escolas para a integração sócio-educativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;*
- *Colaborar na promoção da qualidade educativa, nomeadamente nos domínios relativos à orientação educativa, à interculturalidade, à saúde escolar e à melhoria do ambiente educativo;*
- *Articular as respostas às necessidades educativas com os recursos existentes noutras estruturas e serviços, nomeadamente nas áreas da saúde, da segurança social, da qualificação profissional e do emprego, das autarquias e de entidades particulares e não governamentais.*

Quadro 20 – Alunos Abrangidos pela Educação Especial – ano lectivo 2006/2007			
Escola	Nº de alunos		Quem apoia
Pré-escolar	-		-
EB 1 Bolo	10		Prof. de Educação Especial
EB 1 Castanheira de Pera	4		Prof. de Educação Especial
EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto	2º CEB	3º CEB	Prof. de Educação Especial
	8	4	
Total		26	

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

São, no presente ano lectivo de 2006/07, 26 os alunos abrangidos pela Educação Especial, divididos pelos diversos estabelecimentos de ensino do concelho (QUADRO 20), sendo acompanhados por docentes de Educação Especial.

3.3.6 Ensino Recorrente

Este tipo de ensino contempla a aquisição dos certificados e diplomas concedidos pelo ensino regular, distinguindo-se deste pela maleabilidade e multiplicidade das formas de organização e concretização e pela descontinuidade no tempo. As diversidades desta modalidade de ensino decorrem da especificidade dos grupos etários dos destinatários, na pluralidade das suas vivências, problemas, necessidades e interesses (Decreto-Lei nº 74/91 de 9 de Fevereiro).

Têm acesso ao ensino recorrente, ao nível do ensino básico e do ensino secundário, os indivíduos a partir, respectivamente, dos 15 anos e dos 18 anos de idade (Artigo 7º, Idem).

Para o concelho de Castanheira de Pera, não se verifica, neste momento, a existência de Ensino Recorrente em nenhum dos níveis de ensino. Este tipo de ensino existiu apenas até ao ano transacto (2005/2006), oferecendo aos dez alunos inscritos nessa data a frequentar o 3º Ciclo por Unidades Capitalizáveis, as seguintes unidades:

- Português;
- Matemática;
- Ciências do Ambiente;
- C S F C;
- Artes Visuais;
- Inglês.

Faz sentido, no âmbito deste Documento, apontar para a necessidade da criação no Município de Castanheira de Pera de um Centro de Novas Oportunidades e de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, para o qual existe já, aliás, um protocolo com o CRVCC de Sicó.

A existência de um sistema que Reconheça, Valide e Certifique as Competências dos adultos vai, aliás, ao encontro do que está estipulado no *Livro Branco sobre a educação e a formação* que visa, com as políticas de educação e formação dos Estados-Membros, contribuir para colocar a Europa rumo a uma sociedade cognitiva, assente na aquisição de conhecimentos, onde ensinar e aprender são um processo incessante ao longo da vida.

Entre as numerosas e complexas transformações que atravessam a sociedade europeia, o Livro Branco distingue três "choques motores" que vincam, ainda mais, esta necessidade de valorização ininterrupta:

- *O choque da sociedade da informação, que tem como principal repercussão transformar a natureza do trabalho e a organização da produção, de onde decorre a necessidade de o indivíduo se adaptar não só a novos instrumentos técnicos mas também à evolução das condições de trabalho;*

- *O choque da mundialização, que subverte os dados da criação de empregos e anula as fronteiras entre os mercados de trabalho. A manutenção do modelo social europeu pressupõe uma elevação geral das qualificações;*
- *O choque da civilização científica e técnica que, apesar do seu efeito geralmente benéfico, gera um sentimento de ameaça e receios irracionais na sociedade.*

Será através da educação e da formação que a sociedade, desenvolvendo a aprendizagem e todos os tipos de formação em alternância, fazendo validar as competências adquiridas ao longo da vida, adquiridas mediante um currículo clássico ou não, e oferecendo uma segunda oportunidade aos jovens e adultos ameaçados de exclusão, conseguirá um efectivo desenvolvimento da aptidão para o emprego.

3.4 Oferta de Educação, Ensino e Formação

Este ponto servirá para se fazer uma abordagem aos meios e recursos disponíveis, caracterizando-se o pessoal docente e o parque escolar/formativo existente, evidenciando-se a localização dos edifícios escolares e de formação, o seu estado de conservação, a adequação dos espaços, a área de recreio, a rede de serviços, a acessibilidade pedonal, os meios de transporte (sobretudo públicos) e as questões de segurança.

3.4.1 Docentes (rede pública)

Quadro 21 – Educadores/Professores – Quadros a que Pertencem (2006/2007)			
	Q. E	Q.Z.P.	Contratados
Educadores	1	2	-
Prof. 1º CEB	3	6	-
Professores 2º CEB	6	3	4
Professores 3º CEB	12	1	4
Total	22	12	8

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

Na rede pública existem, para o ano lectivo de 2006/2007, um total de 42 professores, divididos pelos vários níveis de ensino.

3.4.2 Pessoal não docente (rede pública)

Quadro 22 - Pessoal não docente (2006/2007)		
Estabelecimento Ensino	Pessoal Agrupamento	Funcionários Câmara
J I Bolo	-	Aux. Acção Educativa: 1
J I Castanheira de Pera	2	Auxiliar: 2 ⁽²⁾
EB1 Bolo	1	Auxiliar: 1 Refeitório: 2
EB1 Castanheira de Pera	2	Auxiliar: 1 Refeitório: 2
EB2,3 Dr. Bissaya Barreto	Administrativos: 6	-
	Aux. Acção Educativa: 11	-
	Refeitório: 3	-
	Guardas: 2	-
Total	27	9

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

No que respeita ao pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera, importa referir que a Câmara Municipal disponibiliza, ao nível do pré-escolar e do 1º CEB e sob suas expensas, um total de 9 funcionários em complemento ao pessoal colocado pelo Agrupamento de Escolas.

3.4.3 Estabelecimentos de ensino existentes

Quadro 23 - Estabelecimentos de Ensino Existentes – 2006/2007			
Parque escolar	Escolas Públicas	Nº Total de Escolas	Média de alunos por escola em 2007
Educação pré-escolar	2	3	24,3
1º Ciclo do Ensino Básico	2	2	63,5
2º e 3º CEB	1	1	189

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

² As duas Auxiliares referidas no JI de Castanheira de Pera asseguram o funcionamento do Prolongamento de Horário (15h30m às 18h00m). O Prolongamento de Horário funciona nas instalações do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera.

3.4.3.1 Educação Pré-escolar

Quadro 24 - Educação Pré-Escolar no Concelho – 2006/2007												
Estabelecimento	Taxa de ocupação ⁸	Capacidade instalada	Nº de crianças	Educadores	Crianças por Educador	Nº total de salas	Nº de salas devolutas	Crianças por sala	Tipo de construção			
									Instalações próprias	Pré-fabricados (b)		
									Nº de edif. (a)	Salas normais	Recreio	Cantina
J I de Bolo	0,24	25	6	1	6	1	-	6	N		Sim	Sim
J I de Castanheira de Pera	0,88	50	44	2	22	2	-	22	2	2	Sim	Não
Casa da Criança R. D. Leonor - Fund. B. Barreto *	0,92	25	23	1	23	1	-	23			Sim	Sim

N – Integrado EB1 de Bolo

* Privado

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

Desta análise podemos, em traços gerais, concluir que, para o pré-escolar, os JI possuem instalações próprias, sendo que o JI de Bolo está integrado no mesmo recinto do 1º CEB, e o JI de Castanheira de Pera funciona em instalações pré-fabricadas. Esta última também não dispõe de cantina, ao contrário das outras duas. Existe uma capacidade instalada de 100 alunos, sendo que o JI de Bolo se destaca pela sua baixa taxa de ocupação.

JI DE BOLO



Foto 1- JI de Bolo

O Jardim de Infância de Bolo fica situado no lugar de Bolo, freguesia de Castanheira de Pera.

⁸ Taxa de ocupação – É a relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o número de alunos que o frequentam em período diurno.

O edifício é de tipo indefinido, com uma sala que sofreu obras de manutenção recentes.

Uma vez que ocupa um pequeno edifício (FOTO 1) contíguo à EB 1 de Bolo, partilha o mesmo recreio, campo de jogos e cantina.

JI DE CASTANHEIRA DE PERA



Foto 2- JI de Castanheira de Pera

O Jardim de Infância de Castanheira de Pera fica situado na Rua da Industria – Souto do Vale, freguesia de Castanheira de Pera.

As instalações deste JI são dois pré-fabricados ligeiros, que apresentam já um mau estado de conservação, constituídos por duas salas de aula com 37,72 m² que dispõem de ar-condicionado, uma divisão para arrumos, dois sanitários com poucas condições e um gabinete para funcionários e educadoras que também serve para arrumos (8 m²). Em volta do edifício existe ainda um alpendre e recreio calçetado em ligeiro declive.

As salas de aula estão apetrechadas com mobiliário de tipo tradicional, em razoável estado de conservação e em quantidade suficiente para o espaço disponível.

JI CASA DA CRIANÇA



Foto 3- Casa da Criança Rainha D. Leonor

A Casa da Criança Rainha D. Leonor, é uma das Valências da Fundação Bissaya Barreto e desenvolve a sua actividade em duas vertentes: Creche e Jardim-de-infância.

A Casa da Criança fica situada na Rua Dr. José Fernandes de Carvalho.

O edifício é de tipo indefinido, apresenta um bom estado de conservação e é constituído por um berçário com casa de banho, duas salas de aula, um refeitório, um dormitório, uma cozinha, um escritório, um aquecedor, um hall de entrada, um vestiário, duas casas de banho, uma despensa e uma lavandaria. A sala de aula está apetrechada com mobiliário de tipo moderno e em bom estado de conservação, em quantidade suficiente.

Em volta do edifício existe o Jardim da Casa da Criança que serve de recinto para recreio delimitado por um muro.

De uma forma geral, pode-se afirmar que, apesar do estado de conservação das escolas ser alvo da atenção da autarquia, as mesmas não se encontram adaptadas às exigências e necessidades da prática do ensino actual, tanto no que diz respeito às próprias instalações, como ao material didáctico utilizado.

3.4.3.2 Ensino Básico

Com base no quadro seguinte verificamos que, para o 1º CEB, existem 127 alunos para 7 professores e 7 salas de aula. A capacidade instalada é de 168 alunos, sendo a taxa de ocupação cerca de 70,6 %. As duas escolas possuem cantina e recreio. Devido ao reajustamento ocorrido aquando do encerramento das escolas do 1º CEB já referido anteriormente, os alunos do 2.º e 3.º anos do 1º CEB de Bolo têm de partilhar a mesma sala de aula, facto que não se configura como o melhor panorama pedagógico para os alunos.

Quadro 25 – Escolas do Ensino Básico do Concelho - 2006/07																						
Escolas	Taxa de ocupação	Capacidade instalada	Nº de alunos	Nº de professores	Alunos/professor	Nº total de salas de aulas	Nº de salas devolutas	Alunos por sala	Estado de conservação	Tipo de construção		Salas específicas			Inst. Gimno-desportivas			Espaços de apoio				
										Tipologia	Nº edifícios	Salas normais	Trabalhos manuais	Oficinas/trab. oficiais	Lab./salas ciências	Campo de jogos	Balneário	Ginásio	Cantina	Biblioteca	Conv. alunos	Recreio
1º CEB																						
Bolo	0,60	72	43	3	14,3	3	-	14,3	P/CM	PC		-	-	-	S	-	-	S	-	-	S	
Cast. Pera	0,88	96	84	4	21	4	-	21	P/CM	Ind.		-	-	-	S	-	-	S	-	-	S	
2º e 3º CEB																						
EB 2,3	0,36	532	189	30	6,3	19	-	9,9	B	Ind.		1	1	1	S	S	S	S	S	S	S	

PC – Plano Centenário; Ind. -Indefinido

D- Desactivada; B- Bom; P/S- Pintura e arranjo das salas; P/C- Pintura e arranjo do chão; P/CM- Pintura e arranjo do chão de madeira; Pré-fabricado ligeiro (PFL)

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

Para o 2º e 3º ciclos, existe um estabelecimento de ensino, com uma capacidade instalada (média de 28 alunos por sala) de 532, para uma frequência de 189 alunos, o que perfaz uma taxa de ocupação de 36 %. O número médio de alunos por professor é de 6,3³. A escola EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto possui salas específicas de boa qualidade em geral, instalações gimno-desportivas, incluindo um pavilhão, e espaços de apoio adequados.

EB 1 DE BOLO



Foto 4 – EB 1 de Bolo Foto



Foto 5 – Sala de aula da EB 1 de Bolo

A Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico do Bolo fica situada no lugar de Bolo, freguesia de Castanheira de Pera.

O edifício é de tipo Plano Centenário (PC), apresenta um razoável estado de conservação (com necessidade de substituição do chão de madeira) e é constituído por três salas de aula. As salas de aula são apetrechadas com mobiliário de tipo tradicional, em razoável estado de conservação e em quantidade suficiente para o número de alunos.

No que diz respeito ao material didáctico, poder-se-á dizer que a escola está minimamente equipada, com alguma necessidade de investimento, uma vez que é pouco motivador e em pouca quantidade.

O aquecimento é feito através de caldeira a lenha.

Existem dois alpendres abertos com cinco casas de banho em cada alpendre, sendo estes divididos por uma casa de arrecadação.

Esta escola possui, ainda, área de recreio, um campo de jogos e cantina.

³ Este reduzido número de alunos por professor (6,3) deve-se ao facto de, para o seguinte cálculo, o Ministério da Educação contabilizar todos os professores do Estabelecimento de Ensino em causa incluindo os afectos à Educação Especial.

EB 1 DE CASTANHEIRA DE PERA



Foto 6 - EB 1 de Castanheira de Pera



Foto 7 – Sala de aula da EB1 Castanheira de Pera

A Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Castanheira de Pera localiza-se na Rua Dr. José Fernandes de Carvalho, na zona do centro urbano.

O edifício é de tipo indefinido, apresenta um razoável estado de conservação (com necessidade de substituição do piso em madeira) e é constituído por dois pisos, sendo que no piso superior funcionam duas salas de aula e um gabinete como centro de recursos da escola e no piso inferior funcionam duas salas de aula, os sanitários, um pequeno cubículo de arrumações no vão de escada, uma arrecadação e uma divisão onde está instalada a caldeira de aquecimento central.

No espaço anexo à escola existe o recreio, um campo de jogos e um refeitório que serve os alunos da escola e as crianças do Jardim de Infância de Castanheira de Pera.

As salas de aula são apetrechadas com mobiliário de tipo tradicional em razoável estado de conservação e em quantidade suficiente para o número de alunos.

No que concerne ao material didáctico, poder-se-á dizer que a escola está minimamente equipada, apesar de ser pouco motivador, pelo que existe alguma necessidade de investimento.

No geral, e à semelhança dos JI, existe, nas escolas do 1º CEB, alguma desadequação às práticas e métodos de ensino actuais, nomeadamente no que se refere aos materiais e a instalações. Apesar disso, tem sido feito um esforço no sentido de combater a situação, nomeadamente através do apetrechamento informático destas escolas. Importa salientar que todas as salas desta valência dispõem, no mínimo, de um computador e algum software educativo candidatado e financiado no âmbito do PRODEP III.

EB 2,3 DR. BISSAYA BARRETO



Foto 8 - EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto



Foto 9 – Sala de aula EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto

A EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto fica situada na freguesia de Castanheira de Pera, e é constituída por dois blocos independentes, um mais antigo e um mais moderno, contando com um total de 12 salas de aulas e 7 salas específicas: uma sala de trabalhos manuais / EVT, uma Oficina / sala de trabalhos oficinais, um laboratório / sala de Ciências, três salas de TIC e uma sala de estudo.

Conta, também, com espaços de apoio como Biblioteca, sala de convívio, bar e cantina.

A Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos, a qual se encontra integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares desde o ano de 2005, é um espaço aprazível de aprendizagem e lazer, equipada com diverso material multimédia e um vasto fundo documental livro e não livro.

Em relação a instalações gimnodesportivas, conta com campo de jogos, pavilhão e balneários.

Apresenta, de um modo geral, bom estado de conservação, com material didáctico adequado e em quantidade razoável. Necessita rever as questões das acessibilidades e segurança, nomeadamente as questões arquitectónicas passíveis de criar barreiras aos alunos com mobilidade reduzida, criação de saídas de emergência e a implementação de um sistema de alarme.

3.4.4 Ensino Profissional

Não existe no concelho oferta a este nível, resumindo-se esta oferta aos concelhos limítrofes da Lousã e de Pedrógão Grande, através da Escola Profissional da Lousã e da Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal, respectivamente.

Quadro 26 - Ensino Profissional: Oferta Existente (2006/2007)

Escola	Cursos disponíveis
Escola Profissional da Lousã	<ul style="list-style-type: none"> - Artes gráficas; - Informática/ Gestão; - Animador Sociocultural/ Desporto; - Comunicação Social; - Design; - Gestão de Sistemas Informáticos;
Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal	<ul style="list-style-type: none"> - Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo; - Profissional de Técnico de Construção Civil/Organização e Preparação de Obra; - Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade; - Profissional de Técnico de Gestão; - Profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos.
Escola Tecnológica e Profissional de Sicó (Avelar)	<ul style="list-style-type: none"> - Técnico de Informática de Gestão; - Técnico de Electrónica, Automação e Comando; - Técnico de Gestão.

Fonte: Carta Educativa de Lousã, <http://etpzp.no.sapo.pt>, <http://www.etpsico.pt>

Deste quadro importa reter três aspectos fundamentais. O primeiro prende-se com o facto de ser a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal a única frequentada por alunos do concelho de Castanheira de Pera, o que nos leva ao segundo aspecto a salientar. De facto, a Escola Profissional da Lousã, e apesar da sua proximidade geográfica, torna-se uma opção pouco válida para os alunos de Castanheira de Pera, pela sua distância relativa, isto é, factores como as acessibilidades difíceis, tornam esta opção de ensino pouco atraente e eficaz. Por outro lado, e passando ao terceiro aspecto relevante, a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, e apesar de não se encontrar num concelho limítrofe, foi considerada como uma oferta válida, nomeadamente por ser mais acessível aos alunos, em comparação com a E.P. Lousã, respectivamente ao nível das acessibilidades e transportes.

3.4.5 Ensino Tecnológico

No que se refere ao Ensino Tecnológico, mais uma vez a oferta existente refere-se ao existente ao nível dos concelhos limítrofes.

Quadro 27 - Ensino Tecnológico: Oferta Existente	
Escola	Cursos disponíveis
Escola S/3 da Lousã	- Electrotecnia/ Electrónica; - Serviços Comerciais.
Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos	- Curso Ciências e Tecnologias; - Curso Ciências Sociais e Humanas; - Curso Tecnológico de Acção Social; - Técnico de Energias Renováveis; - Técnico de Comércio.

Fonte: Carta Educativa da Lousã e ES Figueiró dos Vinhos

Ao nível deste nível, no qual incluímos o ensino profissional, parece-nos importante que, no futuro, estas escolas adoptem medidas de adequação da sua oferta formativa também à realidade de Castanheira de Pera, procurando que os cursos oferecidos vão de encontro às expectativas do mercado de trabalho do município, para que os seus formandos, aquando da finalização do seu percurso escolar, se enquadrem na oferta de emprego existente localmente.

3.5 Regime de Funcionamento

Todas as escolas do concelho funcionam em regime normal diurno, sendo os horários das escolas os seguintes:

- J. I. – Das 9h00m às 15h30m;
- 1º CEB Castanheira de Pera – Das 9h15m às 17h30m;
- 1º CEB Bolo – Das 9h30m às 17h30m;
- EB 2,3- Das 8h45m às 17h00m.

3.6 Educação Extra-escolar

ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

A partir do ano lectivo 2006/2007, o Ministério da Educação determina o funcionamento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) a serem organizadas e promovidas por diversas entidades (de acordo com o Despacho nº 12591/2006 de 16 de Junho).

Estas actividades funcionam no período que decorre entre as 15.30h e as 17.30h, sendo que o défice de espaços físicos ajustados para um apto desenvolvimento das actividades, nas

Escolas do 1.º CEB, é um condicionalismo reconhecido por todos.

Como acções de enriquecimento curricular no presente ano lectivo de 2006/2007, são oferecidas os alunos do Agrupamento as seguintes actividades, com a frequência descrita no próximo quadro:

Quadro 28 - Número de crianças inscritas por actividade e respectivo ano de escolaridade								
Escola EB1 / Turma –		Actividades / Nº de alunos inscritos						
		Ano Esc.	Inglês	Música	Act. Física / Desportiva	Apoio Estudo	Informática	Hora do Conto B. à Ciência
EB1 Castanheira de Pera	C - 1º		--	20	20	20	20	20
	A - 2º		--	20	20	20	20	20
	D - 3º		21	21	21	21	--	--
	B - 4º		23	23	23	23	--	--
EB1 Bolo	E - 1º/2º		--	19	19	19	19	19
	F - 3º/4º		24	24	24	24	--	--
TOTAL			68	127	127	127	59	59

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

Apesar do cumprimento escrupuloso das orientações para a selecção e recrutamento de professores, assim como das remunerações e horários estabelecidos, por parte do Município, assistiu-se a uma grande dificuldade na contratação de professores disponíveis para as diferentes áreas (Actividade Física/ Desportiva; Música; Inglês.). Esta dificuldade traduz-se numa impossibilidade de escolha e de utilização de critérios apurados de selecção.

Importa ainda salientar que foi colocado no horário dos Professores das AEC horas para programação das actividades, reunião com os Professores Titulares de Turma, para avaliação, etc.

De referir que existe a necessidade de transportes das crianças, nomeadamente das EB1 para a EB 2,3, assegurados por vários percursos diários.

CERCICAPER

A CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera, trabalhando em parceria com várias instituições locais, em áreas distintas de acção, assumindo-se como agente social empenhado e activo, com o intuito de melhorar a qualidade de vida de indivíduos ou famílias que vivem em condições de carência económica, educacional, laboral, habitacional, cultural e social.

Esta instituição desenvolve a sua actividade através de várias valências:

- **Centro de Actividades Ocupacionais** – Apoia jovens e adultos com idade igual ou superior a 16 anos portadores de deficiência mental grave ou profunda e visa a

sua integração social e valorização pessoal, desenvolvendo actividades socialmente úteis ou estritamente ocupacionais.

- **Lar Residencial para Deficientes** – Apoia jovens e adultos com idade igual ou superior a 16 anos, portadores de deficiência mental profunda que, temporária ou definitivamente, estão carenciados de um suporte familiar capaz de colmatar as suas necessidades quotidianas.
- **Centro de Reabilitação Profissional** – Forma jovens com idade superior a 15 anos e tem por objectivo integrá-los no mundo do trabalho. Apoia jovens oriundos dos Concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão grande.
- **Intervenção Precoce** – Apoia crianças desde os 0 aos 6 anos com dificuldades de aprendizagem ou em risco social, bem como as famílias destas.
- **Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Perigo** – Acolhe crianças entre os 0 e os 12 anos que se encontrem em situação de perigo, decorrente de maus-tratos, abandono e/ou negligência.

CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ATL – Actividades de Tempos Livres

O ATL/Centro de Apoio Familiar surge como uma valência do Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera e dedica-se essencialmente à ocupação de tempos livres de crianças em idade escolar.

Para a realização dos seus objectivos, o Centro Paroquial de Solidariedade Social propõe-se manter actividades de apoio a crianças e jovens, apoio à população idosa, apoio à família, comunidade e população activa. Para atingir o seu objectivo secundário - a cultura - propõe-se manter actividades culturais e recreativas, alfabetização e ocupação de tempos livres.

Centro Comunitário

O Centro Comunitário, outra das valências do Centro Paroquial de Solidariedade Social, surge como uma resposta social abrangente que impulsiona o desenvolvimento de acções tão diversificadas quanto as necessidades sentidas pela população do Concelho, com vista ao desenvolvimento integral dos indivíduos e das famílias, levando a uma participação mais activa na sociedade e ao exercício de uma cidadania plena.

O Centro Comunitário tem vindo a desenvolver funções de carácter preventivo, formativo/pedagógico, criativo e lúdico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, estimulando a sua participação e fomentando o voluntariado.

3.7 Associação de Pais

A Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera trata-se de uma Associação voluntária sem fins lucrativos e tem como finalidades contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para que os pais e encarregados de educação possam cumprir integralmente a sua missão de educadores, contribuir para o desenvolvimento equilibrado da personalidade do aluno, e ainda, propugnar por uma política de ensino que respeite e promova os valores fundamentais da pessoa humana.

Para a realização destas finalidades, a Associação propõe-se:

- a) Pugnar pelos justos e legítimos interesses dos alunos na sua posição relativa à escola e à educação e cultura;
- b) Estabelecer o diálogo necessário para a recíproca compreensão e colaboração entre todos os membros da Escola;
- c) Promover e cooperar em iniciativas da Escola, sobretudo na área escolar e nas de carácter físico, recreativo e cultural;
- d) Promover o estabelecimento de relações com outras associações similares ou suas estruturas representativas, visando a representação dos seus interesses junto do Ministério da Educação.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Castanheira de Pera é parceira efectiva de várias estruturas e projectos locais e tem pugnado por um trabalho que envolva ao máximo os Pais e Encarregados de Educação no sentido de contribuírem para o sucesso educativo dos alunos do concelho de Castanheira de Pera.

3.8 Acção Social Escolar

De acordo com o nº 4 do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, a Carta Educativa deve abranger informação sobre a concretização da acção social escolar no Município. Os Decretos-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro, e n.º 299/84, de 5 de Setembro, definem os deveres das autarquias no que respeita à Acção Social Escolar.

1º CEB

Quadro 29 - Auxílios e Apoios – 1º CEB					
Ano lectivo	Alunos subsidiados	Verba para livros e material escolar		Preço por refeição €	
		Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
2001-2002	*	6.000\$00/ aluno	4.000\$00/ aluno		
2002-2003	79	402.000\$00	48.000\$00		
2003-2004	91	2.590,00 €	425,00 €	0,25 €	0,50 €
2004-2005	66	1.925,00 €	275,00 €	0,25 €	0,50 €
2005-2006	57	1.680,00 €	225,00 €	0,25 €	0,50 €
2006-2007	60	1.750,00 €	250,00 €	0,30 €	0,60 €

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

* Dados indisponíveis

A partir de 2003-2004, as verbas atribuídas para aquisição de livros e material escolar, por aluno, são: Escalão A: €35,00; Escalão B: €25,00.

No presente ano lectivo, 60 dos alunos que frequentam o 1º CEB recebem auxílio no respeitante a livros e material escolar e nas refeições, sendo que 50 estão abrangidos pelo escalão A, e 10 pelo escalão B. No universo dos alunos que frequentam o 1º ciclo, podemos concluir que 47,2 % beneficiam de apoios financeiros ao abrigo da Acção Social Escolar.

2º e 3º CEB

Quadro 30 - Auxílios e Apoios – 2º e 3º CEB						
Ano lectivo	Alunos subsidiados		Verba para livros e material escolar		Preço por refeição €	
	2º CEB	3º CEB	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
2001-2002	48	57	8013,91 €	883,26 €	Não paga	0,61 €
2002-2003	47	58	6901,71 €	801,67 €	Não paga	0,61 €
2003-2004	50	51	8359,94 €	436,51 €	Não paga	0,63 €
2004-2005	33	53	6669,69 €	749,05 €	Não paga	0,65 €
2005-2006	35	58	6126,18 €	568,58 €	Não paga	0,67 €
2006-2007	39	56	5246,51 €	635,00 €	Não paga	0,69 €

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

No 2º e 3º ciclos do ensino básico, são 95 os alunos que beneficiam de auxílios e apoios, num total de 5881,51 € de verbas para livros e material escolar. Em relação às refeições, são gratuitas para os alunos subsidiados pelo escalão A, sendo de 69 cêntimos para aqueles que são abrangidos pelo escalão B.

3.9 Segurança

Quadro 31 - Segurança na Escola							
Escola	Segurança	Medidas de segurança existentes					
	B- Boa M- Média I- Insuficiente	Acessos para deficientes	Sistema de alarme	Iluminação exterior	Saídas de emergência	Plano de evacuação	Guarda- nocturno
EB 1 Bolo	I	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
EB 1 Castanheira Pera	I	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto	M	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera

3.10 Equipamentos colectivos

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Quadro 32 - Instalações Desportivas - 2007	
Piscina*	1
Campo de jogos descoberto	1
Pavilhão desportivo ou ginásio	1

Fonte: INE CESAP e CM Castanheira de Pera

CULTURA E LAZER

Quadro 33 - Equipamentos de Cultura e Lazer Existentes - 2007	
Sala de Espectáculos / Sala de Conferências / Congressos	1
Ecrãs de cinema	-
Biblioteca pública	1
Espaço Internet	1

Fonte: INE CESAP e CM Castanheira de Pera

* Desactivada de momento

3.11 Transportes escolares

O Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro estabelece a transferência para os municípios de competências da administração central, no que concerne aos transportes escolares.

Os transportes escolares são entendidos como o serviço de transporte entre o local de residência e os estabelecimentos de ensino, serviço esse destinado aos alunos que frequentam o 1º ciclo, 2º, 3º ciclo e secundário, quando residam a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino (até 3 km de distância entre o estabelecimento de ensino e a residência do aluno se não existir refeitório e até 4 km de distância entre o estabelecimento de ensino e a residência do aluno se existir refeitório).

O transporte escolar é gratuito para os estudantes abrangidos pela escolaridade básica obrigatória, pagando a autarquia o montante respectivo, tendo, para o efeito, o apoio da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro).

Relativamente ao transporte dos estudantes do ensino secundário, o custo do bilhete ou passe é compartilhado a 50%.

No caso concreto de Castanheira de Pera são transportados todos os alunos do Ensino Pré-Escolar, 1º, 2º. e 3º. Ciclos do Ensino Básico, cujos encarregados de educação manifestem essa vontade. É ainda efectuado o transporte dos alunos que frequentam a Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos.

Para a efectivação dos serviços de transportes escolares, configurou os seguintes circuitos:

PRÉ-ESCOLAR:

Quadro 34 - Percurso 1

Localidades		Manhã	Tarde
Percurso 1 Viatura 1 Câmara Municipal	Coentral	08h30m	15h30m
	Vilar	08h40m	15h30m
	Moredos	08h45m	15h30m
	Casa da Criança	08h50m	15h30m
	Jardim de Infância de Cast. de Pera	09h00m	15h30m
	Fontão	09h07m	15h30m
	Jardim de Infância de Cast. de Pera	09h15m	15h30m
	Ameal	09h20m	15h30m
	Casa da Criança	09h25m	15h30m
	Valseá	09h30m	15h30m
	Jardim de Infância de Cast. De Pera	09h35m	15h30m
	Dordio	09h40m	15h30m
	Casa da Criança	09h45m	15h30m
	Vilar (CAT)	09h52m	15h30m
	Jardim de Infância do Bolo	10h00m	15h30m

Fonte: CM Castanheira de Pera

Quadro 35 - Percurso 2

Percurso 2 Viatura 2 Câmara Municipal	Localidades	Manhã	Tarde
	Sarzedas de S. Pedro	08h30m	15h30m
	Ervideira	08h35m	15h30m
	Valinha Fontinha	08h40m	15h30m
	Moita	08h45m	15h30m
	Carregal Fundeiro	08h50m	15h30m
	Rapos	08h55m	15h30m
	Feteira	09h00m	15h30m
	Troviscal	09h10m	15h30m
	Gestosa	09h20m	15h30m
	Além da Ribeira	09h25m	15h30m
	Jardim de infância de Cast. De Pera	09h30m	15h30m
	Casa da Criança	09h35m	15h30m

Fonte: CM Castanheira de Pera

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Quadro 36 - Percursos - 1º CEB

	Localidades	Manhã		Tarde	
		Partida	Chegada	Partida	Chegada
Percurso 1 Viatura 1 TRANSDEV	Coentral Pequeno	08h40m	09h14m	17h35m	18h09m
	Coentral Grande	08h44m	09h14m	17h35m	18h05m
	Sarnadas	08h48m	09h14m	17h35m	18h01m
	Pisões	08h51m	09h14m	17h35m	17h58m
	Pera	08h56m	09h14m	17h35m	17h53m
	Botelhas	08h59m	09h14m	17h35m	17h50m
	Palheira	09h02m	09h14m	17h35m	17h47m
	Bolo	09h04m	09h14m	17h35m	17h45m
	Vilar	09h07m	09h14m	17h35m	17h42m
	Sapateira	09h09m	09h14m	17h35m	17h40m
Percurso 2 Viatura 2 TRANSDEV	Além da Ribeira	09h07m	09h11m	17h47m	18h45m
	Vacalouras	09h03m	09h11m	17h50m	18h45m
	Gestosa	08h59m	09h11m	17h53m	18h45m
	Soeiro	08h55m	09h11m	17h57m	18h45m
Percurso 3 Viatura 3 TRANSDEV	Sarzedas do Vasco	08h44m	09h15m	17h45m	18h46m
	Sarzedas de S. Pedro	08h46m	09h15m	17h45m	18h44m
	Ervideira	08h48m	09h15m	17h45m	18h42m
	Moita	08h52m	09h15m	17h45m	18h38m

Lomba do Moinho	-	-	17h45m	18h32m
Carregal Fundeiro	08h58m	09h15m	17h45m	18h25m
Rapos	-	-	17h45m	18h19m
Feteira	-	-	17h45m	18h14m
Carregal Cimeiro	08h38m	09h15m	17h45m	18h02m
Troviscal	08h35m	09h15m	17h45m	17h59m
Dordio	09h08m	09h15m	17h45m	17h51m
Fontão	09h05m	09h15m	17h45m	17h54m
Ameal	09h12m	09h15m	17h45m	17h48m

Fonte: CM Castanheira de Pera

EB 2, 3 DR. BISSAYA BARRETO E ESCOLA SECUNDÁRIA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Quadro 37- Percursos 2º e 3º CEB

	Localidades	Tarde					
		Manhã		EB 2, 3		Escola Secundária	
		Partida	Chegada	Partida	Chegada	Partida	Chegada
Percurso 1 Viatura 1 TRANDEV	Coentral Pequeno	08h04m	08h25m	17h05m	17h39m	18h45m	19h19m
	Coentral Grande	08h00m	08h25m	17h05m	17h35m	18h45m	19h15m
	Sarnadas	07h56m	08h25m	17h05m	17h31m	18h45m	19h11m
	Pisões	07h53m	08h25m	17h05m	17h28m	18h45m	19h08m
	Pera	07h48m	08h25m	17h05m	17h23m	18h45m	19h03m
	Botelhas	07h45m	08h25m	17h05m	17h20m	18h45m	19h00m
	Palheira	07h42m	08h25m	17h05m	17h17m	18h45m	18h57m
	Bolo	07h40m	08h25m	17h05m	17h15m	18h45m	18h57m
	Vilar	07h37m	08h25m	17h05m	17h12m	18h45m	18h52m
	Sapateira	07h35m	08h25m	17h05m	17h10m	18h45m	18h50m
Percurso 2 Viatura 2 TRANSDEV	Além da Ribeira	08h22m	08h26m	17h05m	17h07m	-	-
	Vacalouras	08h18m	08h26m	17h05m	17h10m	-	-
	Gestosa	08h14m	08h26m	17h05m	17h13m	-	-
	Soeiro	08h10m	08h26m	17h05m	17h17m	-	-
Percurso 3 Viatura3 TRANSDEV	Sarzedas do Vasco	07h47m	08h33m	17h05m	17h51m	-	-
	Sarzedas de S. Pedro	07h49m	08h33m	17h05m	17h54m	-	-
	Ervideira	07h51m	08h33m	17h05m	17h47m	-	-
	Moita	07h55m	08h33m	17h05m	17h43m	-	-
	Lomba do Moinho	08h01m	08h33m	17h05m	17h37m	-	-
	Carregal Fundeiro	08h08m	08h33m	17h05m	17h30m	-	-
	Rapos	08h14m	08h33m	17h05m	17h24m	-	-
	Feteira	08h19m	08h33m	17h05m	17h19m	-	-
	Carregal Cimeiro	08h08m	08h25m	17h05m	17h22m	18h45m	18h53m

Percursos 4 Viatura 4 TRANDEV	Troviscal	08h11m	08h25m	17h05m	17h19m	18h45m	18h50m
	Dordio	08h19m	08h25m	17h05m	17h17m	18h45m	18h48m
	Fontão	08h16m	08h25m	17h05m	17h14m	18h45m	19h01m
	Ameal	08h23m	08h25m	17h05m	17h08m	18h45m	19h08m

Fonte: CM Castanheira de Pera

No que diz respeito ao número de alunos transportados, e locais de embarque:

PRÉ-ESCOLAR:

Quadro 38- Crianças transportadas pré-escolar

	Nº de crianças	Destino
Embarque/ Desembarque		
Além da Ribeira	1	Jardim de Infância de Cast. Pera
Ameal	8	Casa da Criança/J I de Cast. Pera
Carregal Fundeiro	2	Jardim de Infância de Cast. Pera
Castanheira de Pera	1	Jardim de Infância de Bolo
Coentral	3	Casa da Criança
Ervideira	2	Casa da Criança/J I de Cast. Pera
Fontão	1	Jardim de Infância de Cast. Pera
Gandaia	2	Jardim de Infância de Cast. Pera
Gestosa	7	Casa da Criança/J I de Cast. Pera
Moita	6	Casa da Criança/J I de Cast. Pera
Rapos	1	Jardim de Infância de Cast. Pera
Sarzedas de S. Pedro	4	Jardim de Infância de Cast. Pera
Valinha Fontinha	1	Casa da Criança
Vilar	1	Casa da Criança
Vilar (CAT)	3	Jardim de Infância de Bolo
	43	

Fonte: CM Castanheira de Pera

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Quadro 39- Crianças transportadas 1º CEB

Embarque/ Desembarque	1º CEB de Bolo	Embarque/ Desembarque	1º CEB de Cast. Pera
Carregal Cimeiro	3	Além da Ribeira	1
Carregal Fundeiro	2	Ameal	1
Castanheira de Pera	1	Fontão	2
Coentral	1	Gestosa Fundeira	1
Coentral Grande	2	Lot. Piscinas	2
Feteira	1	Pera	1
Lomba do Moinho	2	Sapateira	1
Moita	4	Sarzedas do Vasco	1
Moredos	5	Sarzedas S. Pedro	1
Palheira	3	Soeiro	1
Pera	3	Souto Fundeiro	1
Sapateira- CAT	2		
Sarzedas do Vasco	2		
Torgal	2		

Troviscal	2		
Vilar	3		
Total: 38		Total: 13	

Fonte: CM Castanheira de Pera

2º e 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Quadro 40- Crianças transportadas 2º e 3º CEB

Embarque/ Desembarque	Nº de crianças
Além da Ribeira	5
Ameal	3
Bairro da Colina	1
Balsa	2
Bolo	4
Carregal Cimeiro	3
Carregal Fundeiro	8
Castanheira de Pera	31
Coentral	3
Coentral das Barreiras	1
Coentral do Fojo	2
Coentral Grande	3
Dordio	3
Feteira	1
Fontão	2
Gandaia	1
Gestosa	3
Gestosa Fundeira	2
Moita	6
Moredos	1
Palheira	3
Pera	8
Pisões	2
Sapateira	11
Sarnadas	3
Sarzedas do Vasco	1
Sarzedas de S. Pedro	2
Soeiro	5
Souto do Vale	6
Torno	2
Troviscal	3
Urb das Piscinas	2
Vale das Figueiras	3
Vilar	7
Volta da Estrada	1
Total: 144	

Fonte: CM Castanheira de Pera

SECUNDÁRIO**Quadro 41- Alunos transportados E.S. Figueiró dos Vinhos**

Embarque/ Desembarque	Nº de crianças
Além da Ribeira	1
Ameal	1
Bolo	1
Carregal Fundeiro	6
Castanheira de Pera	23
Coentral	2
Dordio	1
Fontão	1
Gestosa	1
Moita	2
Moredos	2
Palheira	1
Pera	2
Pisões	1
Sapateira	1
Sarzedas do Vasco	1
Sarzedas de S. Pedro	1
Troviscal	3
Vilar	5
Total: 56	

Fonte: CM Castanheira de Pera

Quadro 42- Alunos transportados Escola Tecnológica e Profissional Zona Pinhal

Embarque/ Desembarque	Nº de crianças
Além da Ribeira	1
Balsa	1
Carregal Cimeiro	1
Carregal Fundeiro	1
Castanheira de Pera	12
Coentral	2
Ervideira	1
Feteira	1
Fontão	1
Moita	2
Moredos	2
Pera	1
Sapateira	1

Sarzedas de S. Pedro	1
Troviscal	1
Vilar	1
Total: 30	

Fonte: CM Castanheira de Pera

4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

Em síntese, constatamos que o concelho de Castanheira de Pera apresenta uma realidade escolar que exprime o panorama nacional no que diz respeito à desertificação das regiões mais periféricas do País, mas que aponta, em relação ao futuro, um panorama de relativa estabilização no que respeita ao número de alunos a frequentar os vários níveis de ensino.

4.1 Educação Pré-escolar

A oferta existente ao nível da educação pré-escolar a nível concelhio corresponde à procura potencial, revelando uma taxa de cobertura de 97,5 % tendo em conta o número de crianças actual e previsto do grupo etário dos 3 aos 5 anos. Esta taxa revela uma boa resposta ao nível da oferta no pré-escolar, muito próxima dos 100 %.

Existem, actualmente, três estabelecimentos de ensino neste nível, um dos quais privado, e que servem um total de 73 alunos (23 no privado). Estes valores reflectem uma descida de 16,1 % do número de crianças nos últimos 5 anos. De referir, ainda, que os Jardins de Infância da rede pública asseguram 73,6 % da procura a este nível de ensino.

Para o concelho há actualmente uma média de 18,3 crianças por educador, e uma média de 24,3 alunos por escola. Destes números, importa salientar a situação do JI de Bolo que funciona actualmente com 6 crianças para uma educadora. Esta situação deverá ser alterada, de acordo com as propostas apresentadas no capítulo respectivo, com a transferência para o novo JI a construir no centro da Vila.

Existem ainda deficiências ao nível de instalações, nomeadamente pelo facto de existir um Jardim de Infância instalado em edifícios pré-fabricados, neste caso, o JI Castanheira de Pera. Este último é, também, o único JI que não está equipado com cantina. O JI de Bolo foi alvo de obras recentes, com o intuito de colmatar algumas deficiências estruturais.

4.2 1º Ciclo do Ensino Básico

A cobertura concelhia no que se refere ao 1º ciclo do ensino básico é assegurada por duas escolas do sector público, situadas na freguesia de Castanheira de Pera, servindo as duas freguesias do concelho.

Num período de dez anos, até ao presente ano lectivo de 2006/2007, o 1º ciclo perdeu 53 alunos o que corresponde a uma perda percentual de 29,4 %. Em 2006/2007 estão matriculados no 1º ciclo 127 alunos.

No ano lectivo de 2002/2003 foram suspensas três escolas, a EB1 de Pera, a EB1 de Gestosa e EB1 de Sarzedas S. Pedro, todas elas com um número reduzido de alunos (dois à

data de encerramento). Posteriormente, no ano lectivo 2005/2006, mais três escolas foram encerradas, a EB1 de Coentral, a EB1 de Moita e a EB1 de Troviscal. Estes alunos foram transferidos para a EB1 de Bolo.

Neste momento não existe no concelho nenhuma escola com menos de 20 alunos.

A taxa de aproveitamento situa-se na ordem dos 86,1 % para este nível de ensino, com uma taxa de insucesso de 13,9 %.

São 63,5 os alunos, em média, a frequentar as duas escolas do 1º ciclo, e 18,1 alunos por professor.

Ao nível das instalações, ambas as escolas do 1º ciclo apresentam algumas deficiências a corrigir, sendo os mais evidentes, a necessidade de substituir o chão de madeira, e a substituição de algum mobiliário escolar que apresenta traços de degradação causados pelo tempo em que estão a uso.

As duas escolas estão servidas de cantina, recreio e campo de jogos (em mau estado no caso de Bolo), e a necessitar de espaços de apoio, como biblioteca, sala de convívio ou de informática, por exemplo, apresentando deficiências, também, ao nível de material didáctico que é insuficiente ou desadequado às necessidades educativas das crianças.

4.3 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

Estes dois últimos ciclos do ensino básico são assegurados por um estabelecimento de ensino público, a EB 2,3 Dr. Bissaya Barreto, situada na freguesia de Castanheira de Pera.

Verificou-se uma diminuição de 16 % no número de alunos nestes ciclos no concelho, nos últimos dez anos. Os valores do insucesso são de 15,9 % no 2.º CEB e 14,4 % no 3º CEB.

As instalações são, em geral, de boa qualidade, encontrando-se em bom estado de conservação, sendo um dos edifícios de construção recente e equipado com salas específicas e de apoio de boa qualidade, para além de ginásio, balneários e campo de jogos exterior.

Com necessidade de melhoramento, os aspectos relacionados especialmente com as acessibilidades e barreiras arquitectónicas a suprimir, tal como as questões de segurança deficitárias verificadas (saídas de emergência e sistema de alarme).

4.4 Ensino Secundário

Não existindo esta valência no concelho, a oferta é verificada ao nível dos concelhos limítrofes, nomeadamente através da Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos, que recebe actualmente 39 alunos de Castanheira de Pera, nos seus cursos gerais e tecnológicos. Também a nível do ensino profissional, os alunos do concelho deslocam-se para a Escola Tecnológica e

Profissional da Zona do Pinhal, em Pedrógão Grande, num total de 34 alunos divididos pelos diversos cursos de cariz profissionalizante.

4.5 Ensino Especial

São, actualmente, 26 os alunos com necessidades de ensino especial, 14 no 1º ciclo e os restantes 12 nos 2º e 3º ciclos. Estes apoios são efectuados por professores de educação especial, ao nível das escolas de frequência dos alunos.

4.6 Ensino Recorrente

Actualmente inexistente ao nível do concelho de Castanheira de Pera.

5. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO CONCELHO EM ESTUDO

Em qualquer análise prospectiva podem ser consideradas diferentes variáveis que podem naturalmente influenciar a evolução da população residente e escolar em qualquer município tal como taxas de natalidade e mortalidade, migrações, etc.

No caso concreto do concelho de Castanheira de Pera optou-se por basear a previsão em métodos simples e mais adequados à situação particular do concelho, com recurso à projecção futura da evolução populacional e das metas nacionais a atingir (quadro 44), partindo do princípio que variáveis como a natalidade, migrações e outras, se mantêm constantes e acompanham a tendência evolutiva registada até ao presente.

Quadro 43 - Previsão do número de alunos que frequentarão os diversos ciclos de ensino nos próximos 10 anos				
	JI	1º CEB	2º CEB	3º CEB
2011	65-69	89-93	50-54	94-98
2016	68-72	94-99	35-39	72-76

Conclui-se assim que nos próximos 5 anos a população pré-escolar pode vir a diminuir, recuperando ligeiramente no panorama mais alargado dos 10 anos. Contudo, esta diminuição, na generalidade e quando comparada com os números actuais, não é muito significativa, e facilmente reversível se forem implementadas políticas municipais que controlem o acentuado envelhecimento populacional e a fixação de casais jovens.

Os dados disponíveis que permitiram apresentar estas conclusões, nomeadamente a anormal baixa natalidade que ocorreu em 2005 (17 nados vivos), por exemplo, e que foge ao padrão de estabilidade (e ligeiro acréscimo do número de nados vivos entre 2001 e 2006) que se registava, influenciam os números previstos de forma considerável para o ano 2016, e em particular para os 2º e 3º CEB. Se os números da natalidade retomarem, nos próximos anos os níveis de estabilidade, os valores a seguir a 2016 deverão registar um acréscimo visível nos 2º e 3º Ciclos.

Não é previsível a necessidade de aumento de oferta ao nível pré-escolar em termos quantitativos, importando garantir a qualidade da oferta educativa, quer em termos das instalações e mobiliário assim como de todos os “serviços” que se têm disponibilizado à população escolar, pelo que se pode afirmar que o número da oferta poder-se-á manter sem grandes alterações, mas com necessidade de reordenar e proporcionar novas instalações a este nível.

No primeiro ciclo, a tendência será semelhante à descrita anteriormente, com uma diminuição a 5 anos e uma ligeira recuperação no prazo dos 10 anos. Também aqui, a aposta

deverá ser na qualidade das instalações e materiais didácticos.

Quadro 44 - Metas a atingir

	Taxa de repetência (%)		Taxa de abandono (%)	
	2000	2010	2000	2010
1º ano	-	-	0	0
2º ano	14	10	0	0
3º ano	11	7	0	0
4º ano	13	10	0	0
5º ano	9	8	3	0
6º ano	9	8	1	0
7º ano	12	10	8	0
8º ano	10	8	8	0
9º ano	8	8	3	3
10º ano	17	12	20	5
11º ano	12	12	7	5
12º ano	24	15	-	-

Fonte: DAPP "O Futuro da Educação em Portugal"

Apresentam-se neste quadro as metas a atingir até 2010 em matéria de redução das taxas de repetência e de abandono escolares, dando concretização aos objectivos nacionais de desenvolvimento da política educativa, a que se somam ainda preocupações de qualidade.

6. PROPOSTAS – REDE DE OFERTAS EDUCATIVAS

Após termos efectuado o diagnóstico e detectadas as deficiências da oferta existente, formulam-se, agora, as propostas de ordenamento, tendo em conta a situação actual da educação no Município de Castanheira de Pera, as previsões de evolução da população escolar e os objectivos a seguir enunciados.

O ordenamento da rede educativa pública materializa-se como um dos principais objectivos da Carta Educativa. O rol de intervenções que constituem o reordenamento da rede educativa pública no Município de Castanheira de Pera tem, essencialmente, em consideração os princípios orientadores gerais definidos para a Carta Educativa e os objectivos específicos para o ordenamento da rede educativa, tal como previsto no D.L. no 7/2003, de 15 de Janeiro. O reordenamento baseou-se também nos aspectos que melhor definem o concelho de Castanheira de Pera e o sistema educativo local, analisados ao longo do presente relatório, nomeadamente:

- 1) A dinâmica populacional observada nas duas ultimas décadas;
- 2) As perspectivas de evolução demográfica;
- 3) As características da procura e da oferta educativas;
- 4) As orientações educativas e pedagógicas do Ministério da Educação.
- 5) A organização do território municipal;

O reordenamento da rede, apesar de ter em conta questões financeiras, apoia-se em opções pedagógicas, mas dando sempre prioridade às necessidades que se traduzam numa real melhoria da qualidade do serviço educativo prestado às crianças do município, em termos de socialização, disponibilização de recursos didácticos e humanos, bem como planeamento de actividades de “tempos livres”, refeições e transportes.

As alterações de ordem social implicam que se repense a rede escolar municipal, nomeadamente o parque escolar municipal, fazendo um acompanhamento para que se possa adequar a rede escolar às novas exigências resultantes das alterações decorrentes no território.

Este documento pretende propor um conjunto de intervenções necessárias à adequação do parque escolar municipal às necessidades educacionais que se prefiguram no século XXI. Considerar-se-á todo o ensino público numa proposta de reordenamento para um horizonte temporal de 5 anos (período de vigência deste documento) mas que tenta preparar o parque escolar para um prazo mais longo.

A concepção de novos modelos organizativos da rede educativa deverá ter por base os conceitos dispostos no DL 7/2003, de 15 de Janeiro e no DL 115-A/98, de 4 de Maio: Território

Educativo e Agrupamento Escolar, respectivamente.

Entende-se como Território Educativo, o conjunto de unidades educativas que têm em vista o prosseguimento de acções, actividades ou projectos educativos de interesse comum que permitam encontrar melhores soluções pedagógicas, administrativas e financeiras.

Este conceito assenta na definição de malha estruturante de redes de escolas, permitindo-se assim organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo assim uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

O Território Educativo compreende então uma organização pedagógico/administrativa subjacente e que, não havendo uma Escola Secundária neste território, coincide com o Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera.

Um Território Educativo é pois um espaço territorial onde se concentra uma procura de educação pré-escolar e de ensino básico e uma oferta de instalações escolares destes graus de ensino ajustada à procura da educação e ensino dessa área, onde as deslocações casa–escola se efectuam com facilidade e segurança.

6.1. Medidas de Intervenção

Depois de termos analisado a situação educativa de Castanheira de Pera, traçada uma visão prospectiva geral e delineado os objectivos principais que enquadram as medidas a tomar, iremos particularizar as intervenções necessárias para vencer os constrangimentos ainda existentes no sistema educativo no Município.

Iremos dirigir particular cuidado ao pré-escolar e ao 1º ciclo do ensino básico, sectores que dependem directamente da acção do município. Focaremos a nossa atenção nos equipamentos educativos, nas suas necessidades mais urgentes, conscientes de que são fundamentais para que os profissionais da educação, que neles exercem a sua actividade, consigam aperfeiçoar o seu desempenho e possam concorrer eficazmente para o êxito dos seus alunos e para a geração de escolas mais ajustadas ao desenvolvimento de novos projectos educativos.

No caso do pré-escolar pretende-se promover a universalização da educação pré-escolar, a médio prazo, apostando-se no imediato na criação de condições para a manutenção de uma taxa de pré-escolarização que é, actualmente quase 100% de frequência das crianças.

No 1º ciclo, pretende-se caminhar para uma situação em que a escola tenha uma dimensão que permita o desenvolvimento de um projecto educativo consistente, utilizando todos os equipamentos sócio-educativos complementares necessários, providenciando o acesso a condições educativas adequadas.

Propomos, ainda, que seja dada continuidade à melhoria das condições existentes na escola EB 2,3, no sentido de proporcionar ainda melhores condições de sucesso aos seus

alunos, criando contextos mais adequados ao processo de ensino / aprendizagem.

- ✓ Considerando que a melhoria da qualidade de vida e a erradicação da exclusão social constituem uma das prioridades deste executivo;
- ✓ Considerando que a Câmara Municipal se tem orientado por princípios de solidariedade e justiça social, procurando aplicar, com rigor e de forma optimizada, os recursos financeiros disponíveis;
- ✓ Considerando que as carências ainda existentes no domínio das infra-estruturas educativas, impõem uma actuação que permita mobilizar todos os agentes da comunidade;
- ✓ Considerando que o colocar as crianças ainda em idade escolar num ambiente promotor de uma cultura de cidadania activa, significa educar para o sucesso desde os primeiros momentos da aprendizagem, inculcando valores, responsabilidades e estimulando o apreço pela liberdade e o respeito pelos outros em saudável convivência com colegas, educadores e docentes;
- ✓ Considerando que a necessidade de dotar o ensino de condições para receber crianças de ambientes porventura adversos e integrá-los no novo meio, promovendo o seu bem-estar através de medidas que, se bem elaboradas e aplicadas, contribuirão para um crescimento saudável e equilibrado do ponto de vista psicológico e social;
- ✓ Considerando que a não existência destas condições, tão necessárias, implica contribuir para o fenómeno de ostracismo, desde tenra idade, provocando comportamentos anti-sociais, em muitos casos irreversíveis e de consequências fatalmente previsíveis;
- ✓ Considerando que a adequação dos meios de ensino às necessidades de uma população e de um Município, transformará as crianças em exemplos de sucesso, enriquecedoras do seu Concelho;
- ✓ Considerando que, o Município de Castanheira de Pera tem investido, humana e financeiramente, tudo o que pode despende e atendendo ao facto de que, sem a ajuda estrutural necessária, o Município, exaurido nos seus esforços de investimento, corre o risco de perder o seu combate por um ensino de qualidade;
- ✓ Considerando que um meio envolvente desertificado, a desconcentração de meios e o afastamento das crianças dos aglomerados populacionais e das infra-estruturas de desenvolvimento, isolando-as num ambiente pouco propício à sua evolução sócio-cognitiva, é desfavorável e contribui, em muito, para o pouco aproveitamento escolar;
- ✓ Considerando que estruturas sem condições de acolhimento impossibilitam o desenvolvimento de actividades necessárias ao despertar do conhecimento nas crianças e contribuem para a fuga do pessoal docente para outros meios mais desenvolvidos;

- ✓ Considerando que é de fácil constatação o desalento dos pais que vêem os seus filhos confinados aos espaços exíguos das salas de aula, em virtude de não existirem áreas descobertas que permitam o desenvolvimento de actividades ao ar livre;
- ✓ Considerando a necessidade de concentrar todas as crianças das duas freguesias que compõem o Município, num único ponto no Centro da Vila de Castanheira de Pera, junto de várias infra-estruturas escolares e recreativas construídas e a construir, dando àquele espaço um ambiente são e desenvolvido onde todo o tipo de actividades podem ser dinamizadas;
- ✓ Considerando a necessidade urgente de construção de um edifício com capacidades arquitectónicas e infraestruturais para a prática do ensino, ao contrário dos que existem actualmente;
- ✓ Considerando que a actual Política Educativa do Governo se consubstancia em Princípios Orientadores da Requalificação de Rede Escolar e que as construções escolares actualmente existentes neste Município se revelam inadequadas no que se refere às novas concepções e modelos de aprendizagem, quanto à distribuição territorial da população e tem vindo progressivamente a ser ultrapassada, em muitos casos, pela força da própria dinâmica social e educativa desencadeada a nível local;
- ✓ Considerando que a Câmara Municipal de Castanheira de Pera tem um projecto para a construção de um novo edifício onde pretende integrar todos os alunos do Ensino Pré-Escolar do Município, cuja localização se insere numa zona moderna e dinâmica, onde já se encontra a funcionar a EB 2,3 e onde também se pretende construir uma nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico;

Conscientes da importância para este Município da existência de um Centro Educativo, com as vantagens que daí podem advir para todos, localizado num novo e moderno espaço que se projecta para esta Vila e que agregará toda uma série de equipamentos e serviços, esta Carta Educativa, tendo em conta a concretização dos objectivos propostos e atendendo às análises anteriormente efectuadas, propõe as seguintes medidas de intervenção:

MEDIDA 1 - CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Esta medida é justificada pelas condições actuais existentes, tanto a nível de infra-estruturas, como de frequência.

Contando com a complementaridade existente a nível privado, torna-se necessário adequar as instalações desta valência, uma vez que as instalações existentes, e referindo-nos em concreto ao JI de Castanheira de Pera, são de má qualidade, instalados em pavilhões pré-fabricados que não apresentam as melhores condições para as crianças. Por outro lado, a reduzida frequência do JI de Bolo, na mesma freguesia, aconselha a integração dessas crianças no novo JI a construir.

Com uma localização que será privilegiada, a Norte da vila de Castanheira de Pera, a proposta para a construção deste Estabelecimento Pré-escolar enquadra-se num grupo valioso de diversas infra-estruturas de cariz sócio-cultural propostas e onde existe a actual Escola de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico.

Um dos factores preponderantes para a idealização deste pólo de desenvolvimento educativo é a localização no tecido da Vila e a importância dos novos equipamentos já construídos e a construir nesta zona, tais como:

- A Praça da Notabilidade, que integra, entre outros, um Cine teatro, um campo de jogos, dois courts de ténis, um parque infantil, áreas de recreio e lazer amplas e nobres.
- A proposta para construção de uma Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico a implantar ao lado do Estabelecimento Pré-escolar.

Este novo edifício do Ensino Pré-escolar que substituirá os estabelecimentos públicos existentes neste momento, contará com uma área total de 645 m² distribuídos por um só piso. Beneficiará das seguintes áreas interiores:

Áreas comuns:

- Átrio exterior 21,50 m²
- Átrio 17,20 m²
- Espaço polivalente 113,00 m²
- Recreio coberto 69,10 m²
- Vestiário 14,50 m²
- Instalações sanitárias (m/f) 26,60 m²
- Arrecadação 16 m²

Serviços:

- Secretaria 14,00 m²
- Educadoras 10,00 m²
- Direcção 11,00 m²
- Instalações sanitárias 4,24 m²
- Instalações sanitárias (pessoas c/ dificuldades motoras) 5,40 m²
- Arrumos 1,80 m²

Salas:

- 3 Salas de actividades 56,20 m²/cada
- Sala de Repouso 25,20 m²

MEDIDA 2 - CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE CASTANHEIRA DE PERA

Seguindo a mesma linha orientadora para a construção e localização de um novo Centro Educativo na Vila de Castanheira de Pera preconizada na medida anterior, está programada a construção de uma nova Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico que integrará todos os alunos do Município deste nível de ensino, em circunstâncias que assegurarão mais e melhores condições didácticas, corrigindo as actuais situações de desadequação da própria tipologia das escolas e dos materiais usados face às exigências actuais do ensino e da comunidade escolar.

Este novo equipamento contará com uma área total de 1400 m² distribuídos por dois níveis em que o nível 1 ocupará 600 m² e o nível 0 ocupará 810 m², com as seguintes valências:

Áreas Interiores – piso 0

Serviços

- Recepção 9,50 m²
- Secretaria 19,20 m²
- Gabinete da Direcção 18,70 m²
- Gabinete de pessoal 16,80 m²
- Sala de professores 47,30 m²
- Gabinete de Atendimento 9,00 m²
- Instalações sanitárias (pessoal/homens) 13,20 m²
- Instalações sanitárias (pessoal /senhoras) 13,20 m²
- Refeitório/ Sala Polivalente 117,80 m²
- Cozinha 28,50 m²
- Arrumos (frios) 5,70 m²
- Arrumos 7,30 m²
- Inst. Sanitárias Pessoal 6,30 m²
- Sala de máquinas
- Lavabos (apoio ao refeitório)
- Arquivo/Arrumos 17,60 m²
- Balneários 19,40 m²
- Comp. Técnico 10,00 m²
- Instalações sanitárias - alunos 12,50 m²
- Instalações sanitárias - alunas 12,50 m²
- Instalações sanitárias – alunos (as) com dificuldades motoras 8,20 m²

Salas

- Sala de aula 62,00 m²
- Sala de aula 45,70 m²
- Laboratório 7,60 m²

Áreas interiores – piso 1

Serviços

- Biblioteca 76,20 m²

Salas

- Sala de aula 2 x 51,40 m²
- Sala de aula 2 x 47,40 m²
- Sala de aula 2 x 42,00 m²
- Instalações sanitárias - alunos 18,00 m²
- Instalações sanitárias - alunas 18,00 m²

MEDIDA 3 – EDUCAÇÃO DE ADULTOS – ENSINO RECORRENTE

Tal como havia sido diagnosticado no ponto 3.3.6 *Ensino Recorrente* deste Documento, faz todo o sentido apontar para a necessidade da criação no Município de Castanheira de Pera de um Centro de Novas Oportunidades e de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, como forma de proporcionar aos munícipes de Castanheira de Pera uma oportunidade de aquisição dos certificados e diplomas concedidos pelo ensino regular, e de uma aquisição e valorização de competências.

6.2. Cronograma e custos das ações

Quadro 45- Cronograma e custos das ações				
Intervenção	Calendarização			Investimento
	2007	2008	2009	
Construção do Jardim de Infância de Castanheira de Pera				465.858,00 €
Construção da E.B. do 1º Ciclo de Castanheira de Pera				943.722,00 €
Educação de Adultos – Ensino Recorrente			Proposta em estudo	

7 – MONITORIZAÇÃO

Sendo a Carta Educativa um documento dinâmico, em constante actualização, tal como devem ser todos os documentos de Planeamento ao dispor das entidades decisoras, há necessidade de se fazerem verificações periódicas acerca da sua correcção e actualidade.

Uma primeira dimensão a apurar corresponde às medidas preconizadas pela Carta Educativa para o Concelho. É preciso avaliar com que grau de observância estão a ser promovidas e se, da sua aplicação, foram alcançados os resultados aguardados.

Trata-se da assunção da Carta Educativa como um programa e consequentemente esta dimensão servirá para realizar a sua avaliação em sentido restrito.

A uma segunda dimensão corresponderá a evolução do sistema educativo no Concelho, com a apreciação dos progressos atingidos e com as variações que múltiplos factores podem ter introduzido, alterando algumas realidades observadas na data da sua elaboração. Não é mais que uma verificação das premissas contidas na Carta Educativa, e se continuam a ter validade, ou se serão necessárias correcções e, consequentemente, correcções das trajectórias para o futuro.

A monitorização e acompanhamento da Carta Educativa deve ser um procedimento da responsabilidade de uma estrutura onde haja uma visão global e integrada da realidade local em matéria de educação. Desta forma o Conselho Municipal de Educação (CME) será o organismo naturalmente vocacionado para este acompanhamento, e agente das reflexões avaliativas acerca da Carta Educativa, envolvendo todos os actores inerentes ao contexto escolar de Castanheira de Pera.

A monitorização terá, assim, três fases principais:

- 1ª - **Recolha de informação**
- 2ª - **Tratamento de dados**
- 3ª - **Operacionalização dos resultados**

1.º – Recolha de Informação

A recolha de informação deve coincidir com os anos lectivos e será realizada pelo Conselho Municipal de Educação.

Para além da informação que directamente tenha disponível, designadamente as acções levadas a cabo pela Câmara Municipal ou com a sua colaboração, deverá ser remetido a todas as unidades educativas um inquérito que recolha os dados de actividade do período em análise e as alterações verificadas nas suas estruturas durante este período.

Este inquérito deve ter o seu preenchimento referido a uma determinada data, de modo a permitir obter uma maior uniformização nos seus resultados.

No fundamental serão obtidos os dados relativos à frequência dos estabelecimentos de educação e ensino, bem como dos resultados neles obtidos.

Serão também recolhidas informações referentes às modificações ocorridas durante o período em análise relativamente aos recursos físicos e humanos bem como aos serviços prestados por cada estabelecimento de ensino e formação.

Para além deste inquérito será realizada uma análise do impacto que as acções previstas na Carta Educativa, e entretanto já executadas, tiveram no progresso do sistema educativo no Concelho.

2º – Tratamento dos dados

Os elementos recolhidos através dos inquéritos serão alvo de tratamento que permitirá determinar a evolução dos indicadores educacionais no Concelho, nomeadamente as taxas de escolarização, as taxas de abandono e de sucesso.

De forma a otimizar este processo, será construída uma base de dados em suporte informático, o que tornará este processo muito mais dinâmico e funcional

3ª – Operacionalização dos resultados

Com um relatório de diagnóstico onde serão compiladas todas as informações e dados caracterizadores da situação anual do sistema educativo local, será feita uma ponderação comparativa com os princípios da Carta Educativa pelo Conselho Municipal de Educação, permitindo eventuais ajustes considerados necessários.

BIBLIOGRAFIA

- CANAVARRO**, José Manuel Portocarrero et al (2004), Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar (2004), Ministério da Educação e Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- CARNEIRO**, R. (Dir. e Coord.) (2000). *O Futuro da Educação em Portugal. Tendências e oportunidades. Um estudo de reflexão prospectiva*. Lisboa: Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento.
- DAVEAU**, Suzanne (2000), *Portugal Geográfico*, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.
- DGOTDU** (2002) *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*, Colecção Informação, nº 6, Lisboa.
- DGOTDU** (2002), Colecção Informação 5, *Vocabulário do ordenamento do território*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Direcção de Serviços de Estudos e Planeamento Estratégico – 2000.
- GUERRA**, I. (2002). Espaço da organização escolar: a territorialização das políticas educativas. In AAVV, *Textos da Conferência Internacional Espaços de Educação. Tempos de formação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- INE** (Instituto Nacional de Estatística), Censos 1981, 1991 e 2001.
- MARTINS**, Édio; Oliveira, Beatriz; Coragem, Carmo (2000), *Manual para elaboração da carta educativa*, Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento,
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** (2006). *Planeamento da rede educativa: princípios orientadores*. Lisboa:Ministério da Educação.
- RIBEIRO**, Orlando; LAUTENSACH, Herman; DAVEAU, Suzanne (1994), *Geografia de Portugal*, volumes I, II, III e IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- VILÃO**, José; Proença, Carmo e Ramos, Filomena (2004), *Sistema educativo português: situação e tendências, 1990 – 2000*, Ministério da Educação, GIASE, Lisboa.

<http://www.ine.pt>

<http://www.iefp.pt>

ANEXOS

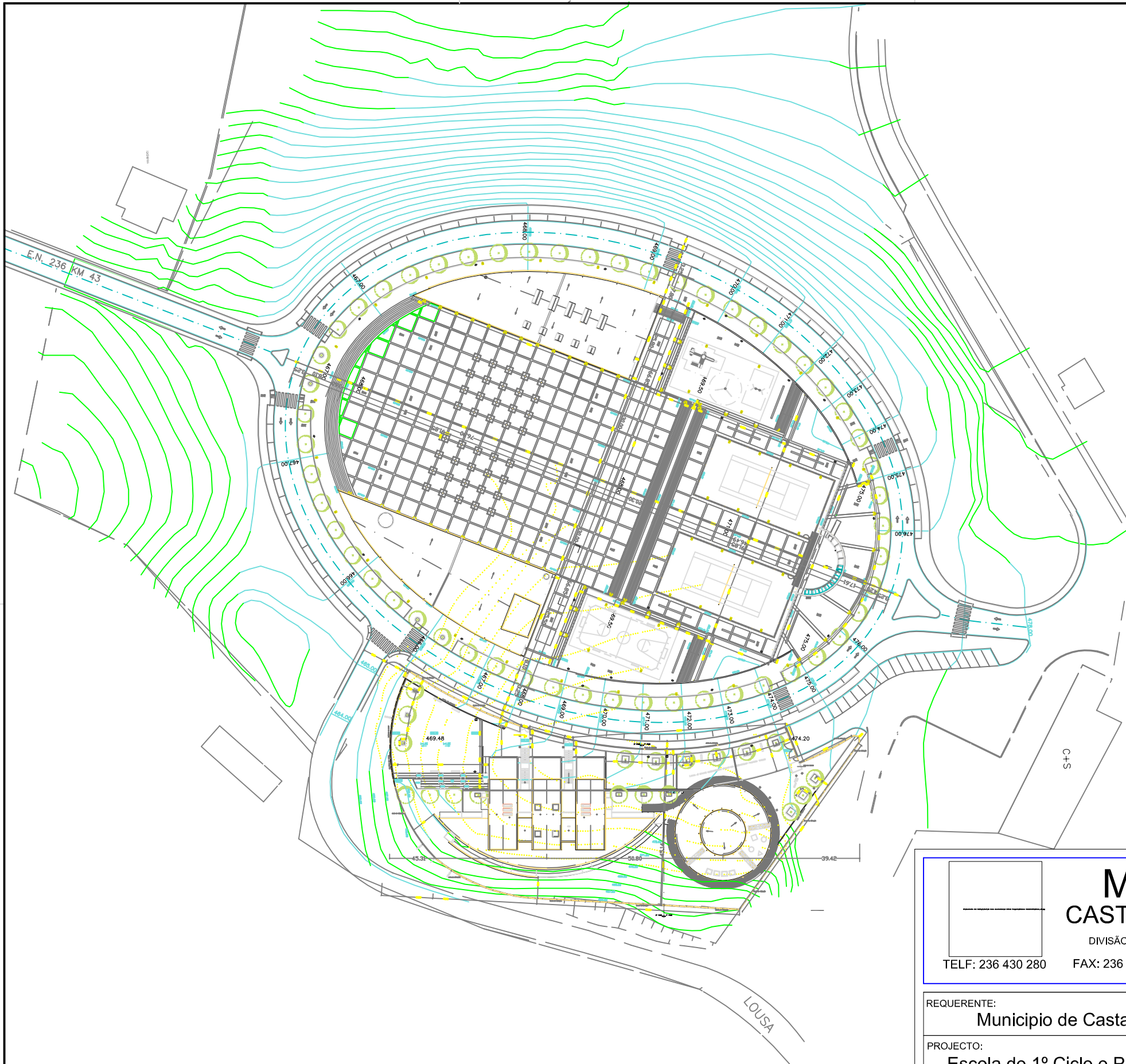
FOLHA 01 – Projecto de 1.º Ciclo e Pré-escola – Implantação das Escolas

FOLHA 02 – Escola do 1.º Ciclo – Planta do R/C

FOLHA 03 – Escola do 1.º Ciclo – Planta do 1.º Andar

FOLHA 04 – Pré-escola – Planta da Pré-Escola

FOLHA 05 – Projecção Demográfica



MUNICÍPIO CASTANHEIRA DE PERA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO

TELF: 236 430 280

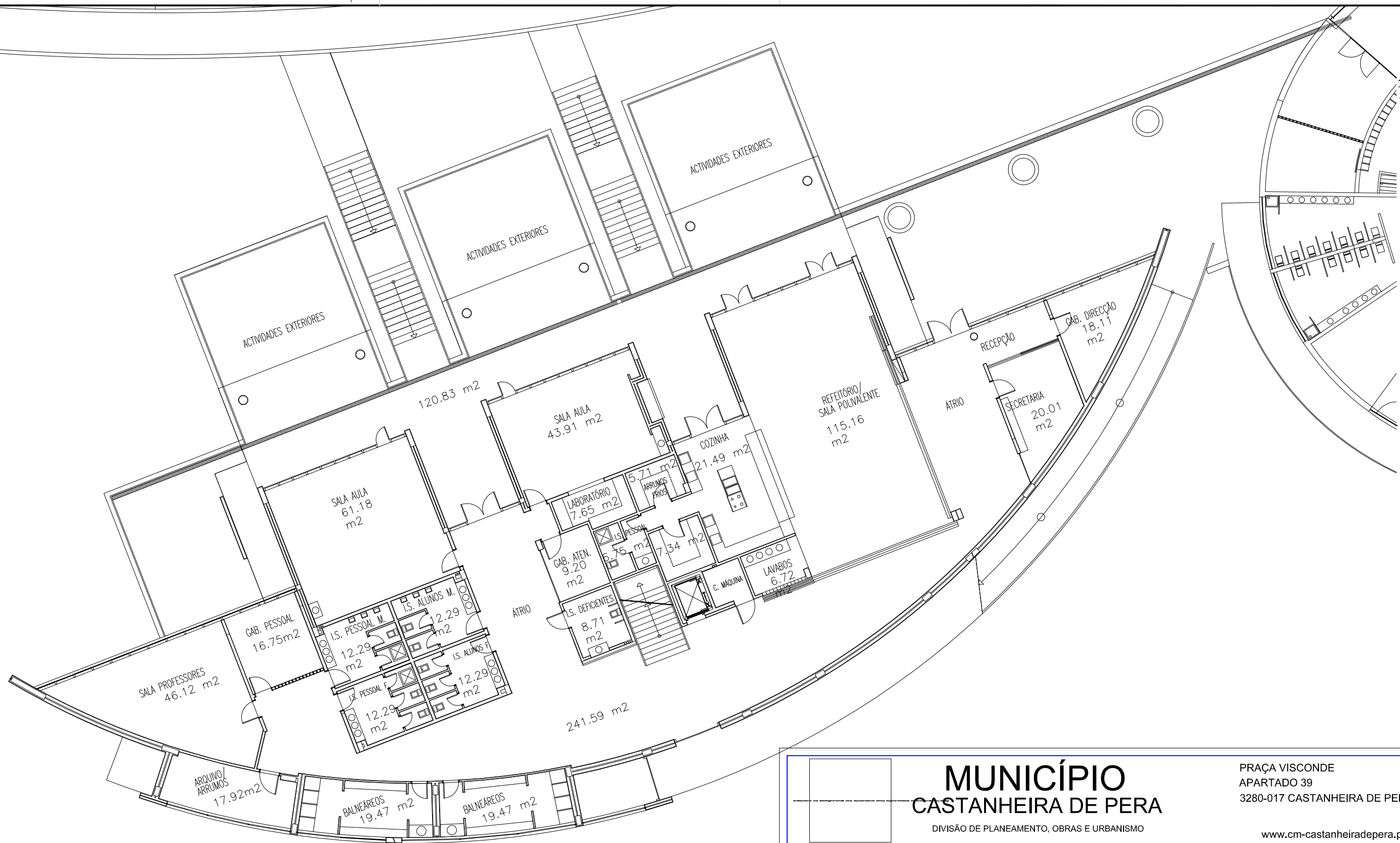
FAX: 236 432 307

GABINETE: 236 430 284

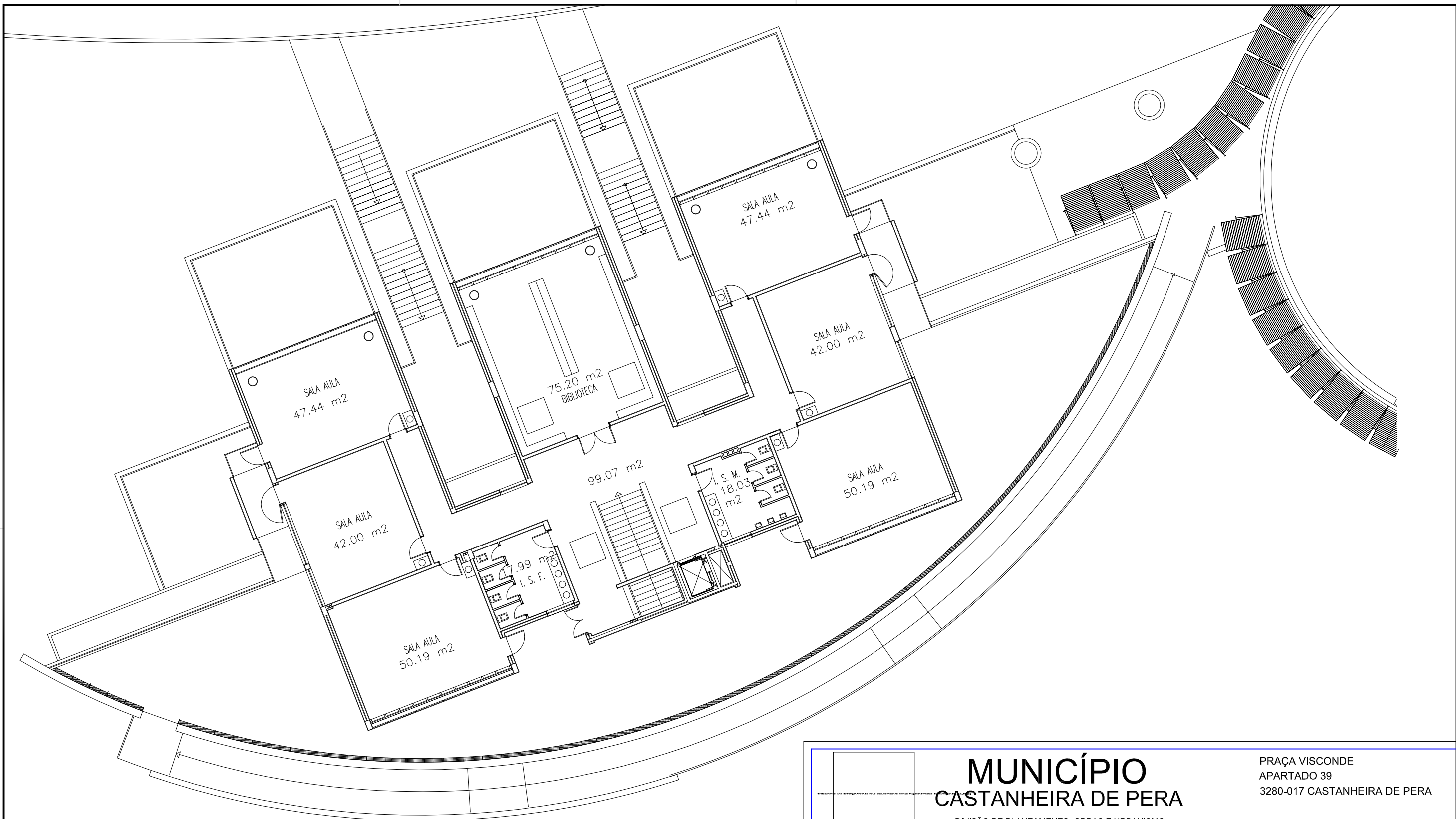
PRAÇA VISCONDE
APARTADO 39
3280-017 CASTANHEIRA DE PERA

www.cm-castanheiradepera.pt
E-MAIL: obras@cm-castanheiradepera.pt

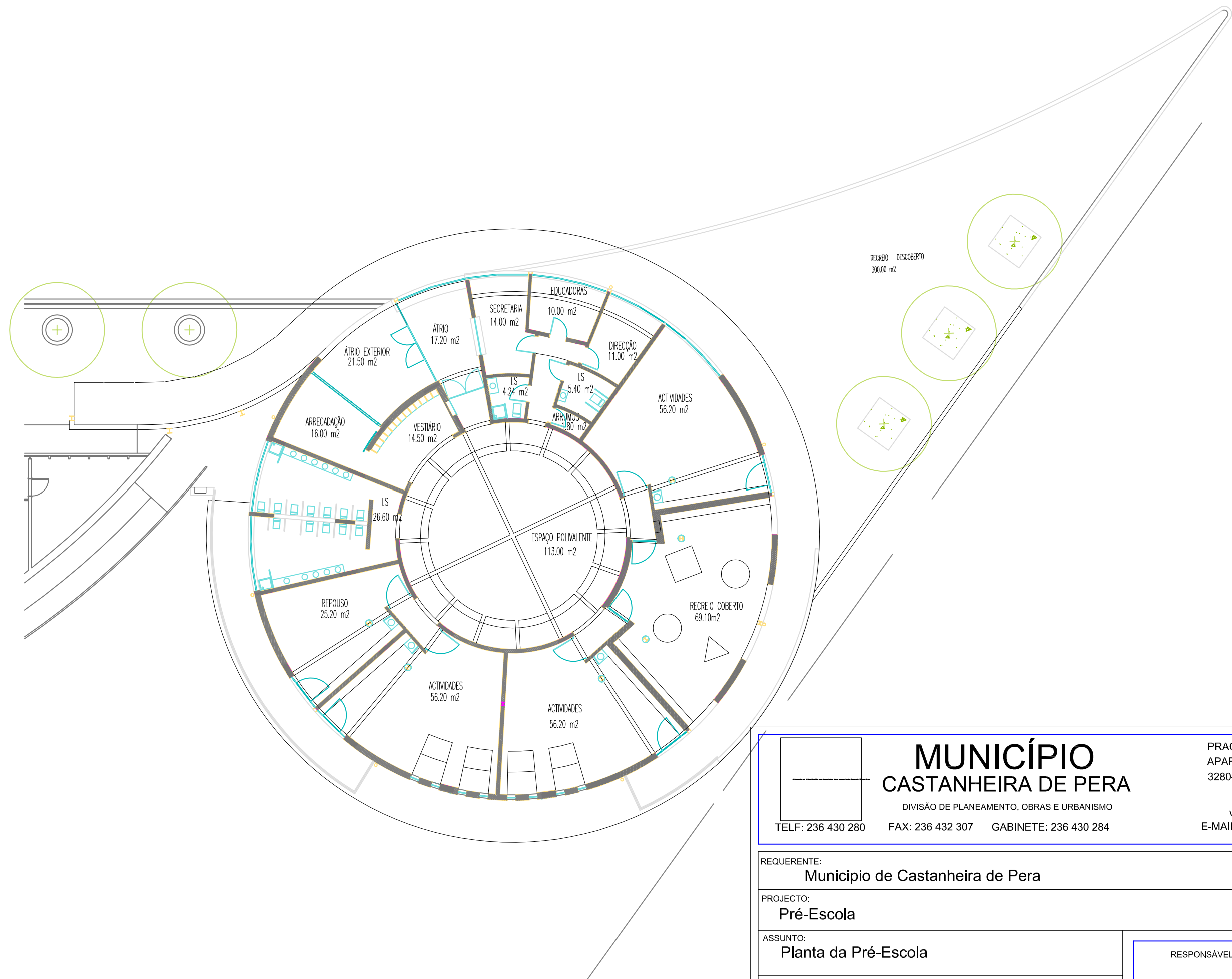
REQUERENTE: Município de Castanheira de Pera		
PROJECTO: Escola de 1º Ciclo e Pré-Escola		
ASSUNTO: Implantação das Escolas	RESPONSÁVEL TÉCNICO: 	FOLHA Nº 01
LOCAL: Castanheira de Pera		ESCALA: 1/1250
		DATA:



 <div>MUNICÍPIO CASTANHEIRA DE PERA <small>DIVISÃO DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO</small> TELF: 236 430 280 FAX: 236 432 307 GABINETE: 236 430 284</div>		<div>PRAÇA VISCONDE APARTADO 39 3280-017 CASTANHEIRA DE PERA</div> <div>www.cm-castanheiradepera.pt E-MAIL: obras@cm-castanheiradepera.pt</div>
REQUERENTE: Município de Castanheira de Pera		
PROJECTO: Escola 1º Ciclo		
ASSUNTO: Planta do R/C	RESPONSÁVEL TÉCNICO: <div></div>	FOLHA Nº 02
LOCAL: Castanheira de Pera		ESCALA: 1/200
		DATA:



	MUNICÍPIO CASTANHEIRA DE PERA <small>DIVISÃO DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO</small> TELF: 236 430 280 FAX: 236 432 307 GABINETE: 236 430 284	<small>PRAÇA VISCONDE APARTADO 39 3280-017 CASTANHEIRA DE PERA www.cm-castanheiradepera.pt E-MAIL: obras@cm-castanheiradepera.pt</small>
REQUERENTE: Município de Castanheira de Pera		
PROJECTO: Escola 1º Ciclo		
ASSUNTO: Planta do 1º Andar		RESPONSÁVEL TÉCNICO: _____
LOCAL: Castanheira de Pera		
		FOLHA Nº 03 ESCALA: 1/200 DATA:



 <div>MUNICÍPIO CASTANHEIRA DE PERA <small>DIVISÃO DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO</small> TELF: 236 430 280 FAX: 236 432 307 GABINETE: 236 430 284</div>		<div>PRAÇA VISCONDE APARTADO 39 3280-017 CASTANHEIRA DE PERA</div> <div>www.cm-castanheiradepera.pt E-MAIL: obras@cm-castanheiradepera.pt</div>	
REQUERENTE: Município de Castanheira de Pera			
PROJECTO: Pré-Escola			
ASSUNTO: Planta da Pré-Escola		RESPONSÁVEL TÉCNICO: <div></div>	FOLHA Nº 04
LOCAL: Castanheira de Pera			ESCALA: 1/200
			DATA:

PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA

Entende-se por projecção demográfica, um conjunto de resultados que ilustram a evolução futura de uma dada população, segundo algumas hipóteses de base que podem não ser necessariamente as mais prováveis.

No contexto da Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento integrador e complementar ao PDM, cujo objectivo primordial é a reorganização da Rede Escolar, é fundamental a projecção da população em termos totais e respectiva projecção quanto à população expectável em idade escolar. Aspecto já desenvolvido no Ponto 5 (*Previsão da Evolução do Número de Alunos do Concelho em Estudo*).

Para este estudo consideraram-se os dados dos Censos de 2001 do Instituto Nacional de Estatística referentes à estrutura etária da população residentes, a taxa de natalidade e mortalidade entre 1981 e 2005 e os movimentos migratórios.¹

Com base nestas variáveis e ponderando as hipóteses mais ou menos prováveis apresentadas, constituímos a presente previsão demográfica para o Concelho de Castanheira de Pera.

Como nota, é de referir que a previsão demográfica que se apresenta não desce até à Freguesia porque o Concelho de Castanheira de Pera é apenas constituído por duas (2) freguesias e numa delas reside 95,9% da população e considerando que o erro inerente às projecções de população aumenta à medida que se diminui a escala de análise de desagregação da informação, que é o caso da Freguesia do Coentral cujo peso é pouco significativo para a análise.

Serviu de factor de ponderação, as principais tendências demográficas à escala nacional que se repercutem à escala concelhia: O agravamento do envelhecimento da população no futuro; O decréscimo populacional e perda até um quarto da população; O duplo envelhecimento (mais idosos e menos jovens); A população em idade activa diminuir; O envelhecimento mais notório na base da pirâmide; O duplo envelhecimento mais notório no topo da pirâmide; O previsível aumento da esperança média de vida bem como da manutenção dos níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações; A possibilidade de ocorrência de saldos migratórios positivos; A longevidade feminina continuar a ser mais elevada, em detrimento da população masculina.

Analisando a evolução demográfica do Concelho de Castanheira de Pera constata-se que o município tem acompanhado a diminuição populacional das regiões interiores, verificando-se

¹ Os movimentos migratórios em 1981 levaram a um acréscimo significativo de população, em 2001 produziram o efeito contrário. Em 1970 a população residente era de 4660 e em 1981 passou para 5137; Pelo contrário em 1991 era de 4442 e passou para 3733 em 2001. A principal razão destes movimentos centrou-se na necessidade, ou não, de mão-de-obra na indústria de lanifício/têxtil.

um decréscimo continuado desde a década de 80, com valores que representam uma diminuição de aproximadamente 34,2 % da população registada nos Censos de 1981.

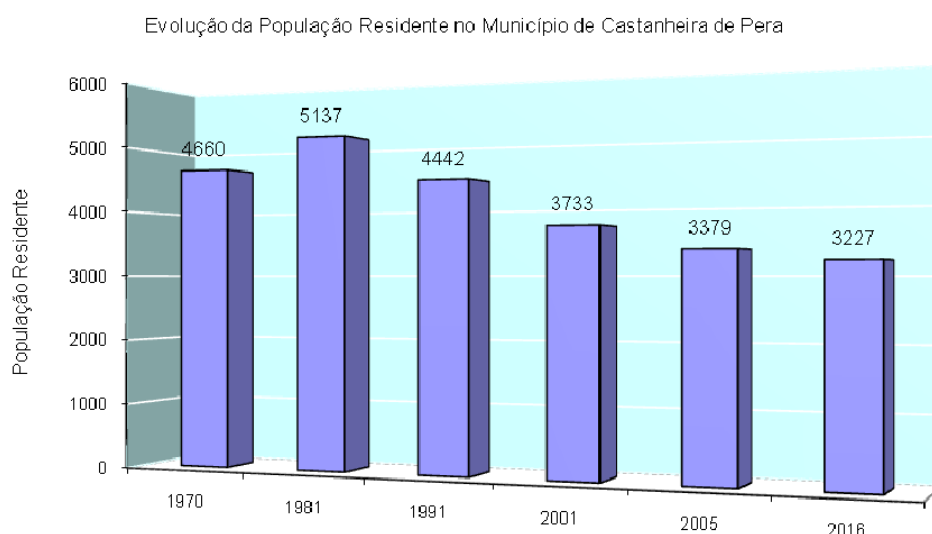
Em termos de projecção considerou-se o horizonte temporal 2016.

Confrontou-se a evolução da população nestas duas últimas décadas e o peso relativo de cada um dos grupos etários, comparativamente ao total populacional.

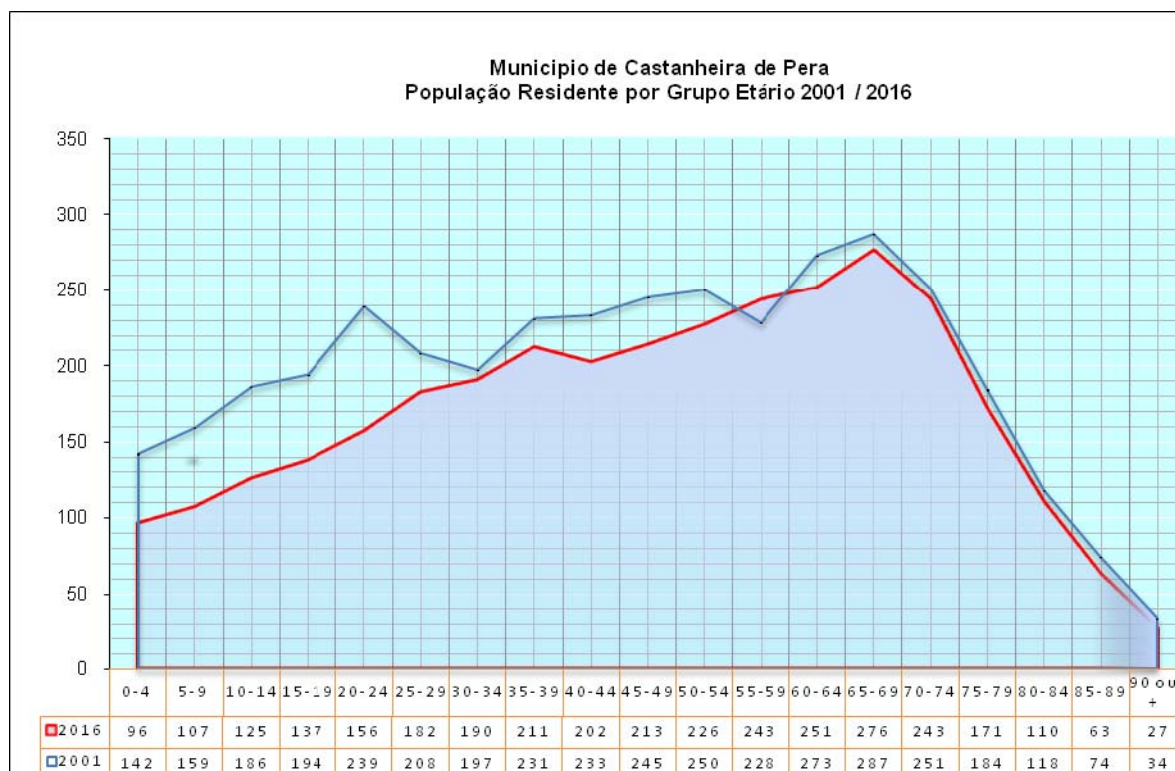
As últimas décadas, ao nível da natalidade, apresentam uma diminuição do número verificado de nados vivos, podendo observar-se que, em 1970, o total de nados vivos no município de Castanheira de Pera era de 70, diminuindo acentuadamente até 2001: 52 nados vivos nos Censos de 1981, 37 no ano de 1991, e atingindo o valor de 32 nados vivos verificados em 2001. Após uma ligeiríssima inversão da tendência verificada nos primeiros anos desta década, os valores voltaram a descer, atingindo o seu mínimo em 2005, onde apenas se verificaram 17 nados vivos no município, valor anormalmente baixo, principalmente se tivermos em conta a estabilidade que se verificou nos anos imediatamente anteriores (GRÁFICO 4, Pág. 20 – 2.2.1. *Análise Demográfica*). É por este facto que considerámos, como a característica mais acentuada, a estabilização do número de nados vivos nos últimos anos, para efeitos da presente projecção.

Relativamente a movimentos migratórios, entendemos que, tal como aconteceu na década de 70 / 80 com um saldo migratório positivo, devido ao grau de desenvolvimento da indústria têxtil/lanifícios e o contra-ciclo ocorrido a partir da década de 90 com a crise do sector têxtil e a migração da população activa para o litoral, presentemente verifica-se uma mudança de paradigma no Concelho de Castanheira de Pera que conseguiu demarcar-se no sector turístico do interior com os investimentos realizados e, progressivamente, tem sido capaz de trazer e fixar população para o concelho.

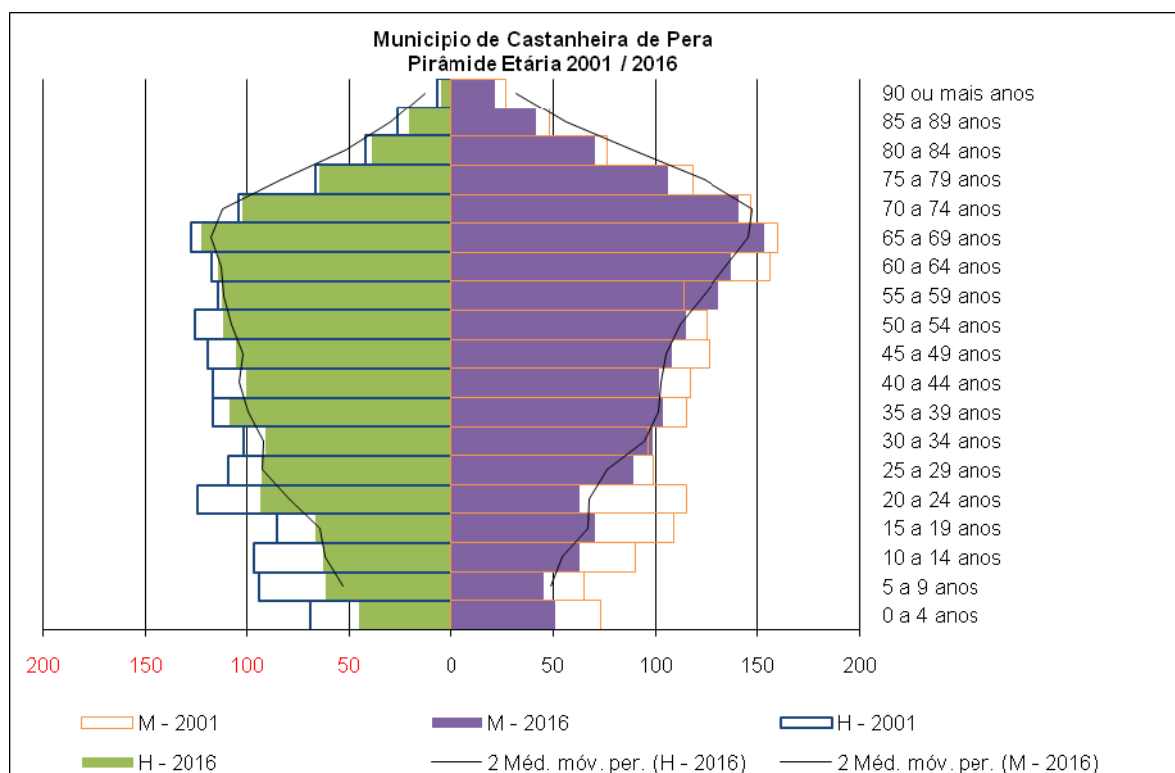
Progressivamente, a tendência é para que a perda de população venha a estabilizar até à data projectada, sendo que nessa altura se prevêem 3227 residentes no concelho de Castanheira de Pera.



Note-se que a estrutura etária evidencia uma população jovem em contínuo decréscimo, estreitando progressivamente a base da pirâmide. No pólo oposto ocorrerá o alargamento do topo o que significa que a população idosa tenderá a aumentar gradualmente.



No gráfico e tabela que se apresenta está representada a estrutura etária do concelho em 2001 e a projecção para 2016, que serviu de base à elaboração da pirâmide etária.



O decréscimo de indivíduos nos grupos etários compreendidos entre os 0 - 24 anos é evidente. A partir dos 25 e até aos 34 ocorrerá uma ligeira recuperação relativamente ao acentuado decréscimo verificado em 2001. Relativamente aos escalões seguinte e até aos 60 – 64 anos o abrandamento do número de efectivos aproxima-se de uma estabilidade, quanto aos escalões superiores a 65 anos verifica-se o inverso, pois o número de indivíduos tenderá a aumentar consideravelmente.

carta
educativa

Castanheira de Pêra

Parecer Conjunto

Em cumprimento do Protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Dezembro de 2004 e do Acordo relativo a cartas educativas e rede escolar do 1.º ciclo, celebrado entre as mesmas entidades, em Outubro de 2005, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, o Director-Geral do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) e a Directora Regional de Educação do Centro (DREC) emitem **parecer favorável** sobre a carta educativa do concelho de Castanheira de Pêra, nos seguintes termos:

A Carta Educativa respeita a metodologia proposta para a sua elaboração, estando, em geral, em conformidade com as orientações de política educativa.

A proposta de intervenção no parque escolar incide na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico e destina-se a concentrar num único estabelecimento de ensino de tipologia EB1/JI toda a população destes níveis de educação/ensino.

O documento revela, assim, um notável esforço de concentração do parque escolar concelhio.

A dimensão do centro escolar deverá ser objecto de fundamentação.

A Directora Regional do Centro



Engrácia Castro

O Director-Geral do GEPE



João Trocado da Mata

HOMOLOGO,
A Ministra da Educação



Maria de Lurdes Rodrigues

Lisboa, 15 de Janeiro de 2008